

The image shows a close-up of a library shelf. The top shelf contains several old, worn books with gold-leafed spines. Below the books is a dark brown wooden shelf with a gold floral pattern on the left and the number '10' embossed in the center. The background is a green mesh fabric. The title 'A EUROPA DO CONHECIMENTO' is printed in large, white, serif capital letters across the middle of the image.

A EUROPA DO CONHECIMENTO

The image shows a close-up of a library shelf. The top shelf contains several old, worn books with gold-leafed spines. Below the books is a dark brown wooden shelf with a gold floral pattern on the left and the number '10' embossed in the center. The background is a green mesh fabric. The title 'A EUROPA DO CONHECIMENTO' is printed in large, white, serif capital letters across the middle of the image.

ALICE CUNHA
MARIA FERNANDA ROLLO
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE
COORD.

**LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO
DA SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA: O CASO
DO ERASMUS MILITAR EM PORTUGAL**

**LIBERTY OF THE CIRCULATION OF KNOWLEDGE IN THE FIELD
OF SECURITY AND DEFENSE IN THE EUROPEAN UNION: THE CASE
OF MILITARY ERASMUS IN PORTUGAL**

*Reinaldo Saraiva Hermenegildo*¹³²

ORCID: 0000-0002-8608-4983

Resumo: O objetivo do presente capítulo é explicar como evoluiu a liberdade de circulação do conhecimento e mobilidade no âmbito europeu nos domínios da segurança e defesa. Partindo da evolução do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e da Política Comum de Segurança e Defesa vamos enquadrar os mecanismos que estas políticas desenvolveram e se interligam com a circulação do conhecimento a nível europeu. Por outro lado, procuramos explicar os caminhos e métodos aparentemente divergentes que ambas as políticas seguiram, tendo como foco prioritário o caso português. Vamos dar um enfoque especial ao desenvolvimento do Erasmus militar, procurando

¹³² As posições expressas pelo autor não representam nem responsabilizam as instituições a que pertence.

explicar ainda a sua fraca implementação e desenvolvimento a nível nacional, pese embora haja uma necessidade premente do seu incremento, dada a necessidade de difusão do conhecimento, da integração e de internacionalização académica das Instituições de ensino superior militares e policiais. Por fim, procuramos identificar as diferentes metamorfoses, constrangimentos e desafios do Erasmus militar em Portugal, bem como a sua necessidade de implementação e incrementação para a credibilidade das Instituições militares e policiais, do país e do fortalecimento do conhecimento nos domínios da segurança e defesa da União Europeia.

Palavras-chave: Erasmus militar; Identidade; Segurança e Defesa; Circulação do conhecimento

Abstract: The aim of this essay is to explain how the evolution of free movement of knowledge and mobility occurred at a European level within the fields of security and defense. Building on the evolution of the Area of Freedom, Security and Justice in addition to the Common Security and Defense Policy, we frame the systems developed by these very policies and how they are interlinked with the circulation of knowledge at a European level. On the other hand, we also try to explain the apparently divergent paths and methods that both policies followed, while focusing on the exploration of the Portuguese case. We offer primary attention to the development of Military Erasmus in order to demonstrate its weak implementation and development at national level, despite the urgency in its application. This is a necessity which derives from the need to disseminate knowledge, integration and academic internationalisation of military and police institutions of higher education. Finally, we strive to determine the various mutations, con-

straints and challenges faced by Military Erasmus in Portugal, as well as establish the importance of its implementation/development to the credibility of national military and police institutions as well as the strengthening of knowledge in the fields of security and defense of the European Union.

Keywords: Military Erasmus; Identity; Security and Defense; Movement of Knowledge

Introdução

No presente capítulo procuramos explicar como evoluiu a liberdade de circulação do conhecimento e mobilidade no âmbito da União Europeia (UE) nos domínios da segurança e defesa, ao nível do *European Community Action Scheme for the Mobility of University Students* (Erasmus) militar, com especial realce para o seu desenvolvimento em Portugal¹³³.

Tendo como ponto de partida a evolução do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) vamos enquadrar os mecanismos que estas políticas desenvolveram e se interligam com a circulação do conhecimento a nível europeu. Por outro lado, procuramos explicar os caminhos e métodos aparentemente divergentes que ambas as políticas seguiram, tendo como foco prioritário o caso português.

Os estudos sobre o Erasmus militar são altamente parcos e insuficientes. Existe um conjunto vasto de publicações de Sylvain Paile, umas com uma base académica, outras de carácter mais institucional.

¹³³ Restringimos o estudo à Academia Militar por ser o estabelecimento de ensino que está mais avançado neste domínio e a instituição que mais tem participado neste e noutros Programas de mobilidade europeia, ao nível do ensino superior e policial em Portugal.

Os seus estudos, apesar de por vezes serem apenas descritivos, são importantes pelo diagnóstico que fazem sobre o Erasmus militar, a sua génese, evolução e problemáticas do Programa. Em Portugal, apenas encontramos dois textos de Pedro Ferreira da Silva em coautoria com o autor ora referido¹³⁴, em que explicam a génese do Erasmus militar e o lançamento da primeira ação de formação. Na Academia Militar (AM) foi também realizado um trabalho de investigação da autoria de Bruno Ferreira, que procura estudar o papel do Erasmus militar no reforço da identidade de segurança e defesa¹³⁵. Apesar da utilidade dos textos, estes carecem de uma base teórica e de uma análise científica distanciada temporalmente, sendo também o propósito deste nosso estudo, que esperamos que venha colmatar esta lacuna e contribuir para o início da discussão e aprofundamento destas matérias.

As teorias da integração europeia fornecem-nos uma grelha de análise que nos permite compreender e explicar a génese e a evolução do Programa Erasmus em geral, e do Erasmus militar em particular. Sendo que o intergovernamentalismo é útil sobretudo para explicar o Erasmus militar, enquanto para explicar o Erasmus já é possível o recurso a um quadro mais vasto de explicação, nomeadamente o construtivismo.

Ambos os Programas têm em comum o facto de procurarem incrementar e fortalecer a identidade europeia. Por sua vez, o Erasmus tem como objetivo também facilitar o acesso no futuro ao mercado de trabalho dos estudantes; enquanto o Erasmus militar visa contri-

¹³⁴ SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – A Small Step for Capability a Significant Leap for “Military Erasmus”. *Nação e Defesa*, n.º 125 (2010), pp. 259-272. SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – European Security and Defence Policy Seminar, Lisbon 2009 creating the future human capabilities of the CSDP. *Studia Diplomatica*, Vol. LXIII, n.º 1 (2010), pp. 43-57.

¹³⁵ FERREIRA, Bruno – *Programa de Erasmus militar como reforço da identidade de segurança e defesa*; sob a orientação de José Feliciano. Lisboa: Academia Militar, 2010. Trabalho de Investigação Aplicada do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia.

buir para uma maior interoperabilidade entre as Forças Armadas (FA) dos diferentes Estados-membros. Com efeito, importa destacar que o Erasmus militar de forma direta abrange as Escolas que formam oficiais para as FA¹³⁶ e não instituições destinadas à formação de oficiais de polícia.

No caso português, encontramos uma situação mista em que temos uma Força de Segurança de natureza militar (Guarda Nacional Republicana – GNR) em que os futuros oficiais frequentam (um)a Academia Militar, e assim, podem em alguns Programas e ações aceder ao Erasmus+ e ao Erasmus militar (matérias PCSD e/ou conexas)¹³⁷; enquanto temos outra Força de Segurança¹³⁸ (Polícia de Segurança Pública), que possui um Instituto próprio, em que pretende candidatar-se ao Erasmus+ em 2018¹³⁹. Mas não existe um *Erasmus policial* ou de *segurança interna*, no âmbito do ELSJ¹⁴⁰ ou da UE, destinado em específico aos alunos das forças policiais europeias.

¹³⁶ No caso português temos a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM) e a Academia da Força Aérea (AFA).

¹³⁷ As Escolas de ensino superior militar desde que cumpram os requisitos podem também participar no âmbito do Erasmus, sendo que apenas a AM e EN participam. [Acedido a 05 de abr. 2018]. Disponível em: https://academiamilitar.pt/images/site_images/internacional/eche.pdf e http://escolanaval.marinha.pt/pt/relacoesexternas_web/Documents/Carta%20de%20Erasmus.pdf.

¹³⁸ Em Portugal existem também serviços de segurança, nomeadamente a Polícia Judiciária, Serviço de Informações e Segurança e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, mas estes não possuem um estabelecimento de ensino superior destinado a formar os seus elementos para o ingresso nos seus quadros.

¹³⁹ ISCPSSI, *Plano Estratégico do ISCPSSI*, 2017-2020. Lisboa: ISCPSSI, 2017, pp. 21 e 28. [Acedido a 20 de mar. de 2018]. Disponível em: <http://www.iscpsi.pt/OInstituto/InstrumentosDeGestao/PlanosERelatoriosDeAtividades/Paginas/default.aspx>.

¹⁴⁰ Existe circulação do conhecimento, através de acordos bilaterais e no âmbito de determinadas políticas do ELSJ, bem como a formação realizada através de diversas agências da União, nomeadamente da Agência da União Europeia para a Formação Policial (anterior Academia Europeia de Polícia – CEPOL). Contudo, esta é destinada a elementos policiais que já se encontram no quadro das diferentes instituições, além de que a globalidades das formações não terem enquadramento ao nível do ensino superior. Existem exceções como o mestrado internacional *European Joint Master Programme*, organizado pela CEPOL, em sete módulos, lecionado em diferentes Estados, destinado aos países e agências da UE. Mas este tem um propósito, enquadramento e objetivos di-

No que concerne ao Erasmus (militar) ao nível do ensino superior militar/policial temos um panorama de geometria variável, pelo que descrevemos supra. Mas também porque cada academia participa de forma diferente, com graus de prioridades/empenhamento aparentemente distintos no Erasmus militar. Em relação ao Erasmus+, as diferenças ainda são mais abissais – a AM e a EN participam, com graus de participação diferenciados.

Desta forma, podemos realçar alguns aspetos que diferenciam estas duas matérias. Temos de um lado, o ELSJ, cuja globalidade das matérias são de natureza supranacional¹⁴¹, mas não existe um Programa Erasmus específico para este domínio, tendo em vista o fortalecimento da identidade europeia, a interoperabilidade, o intercâmbio, a criação de redes e a socialização dos futuros oficiais que interatuam neste Espaço tendo em vista tornar o ELSJ eficaz, como consta inclusive de uma miríade de documentos das instituições europeias¹⁴².

Atente-se que o ELSJ é o domínio que engloba por excelência o campo das «liberdades», mas que ainda não possui uma verdadeira liberdade de circulação e mobilidade do conhecimento, ao nível do ensino superior específico (*Erasmus policial* ou de *segurança interna*),

ferenciados do Erasmus, embora existam tentativas de enquadrar este tipo de formação em programas inspirados no Erasmus.

¹⁴¹ Em matéria de formação os Estados-membros continuam a ser os principais responsáveis, cabendo à UE prestar apoio, até porque a União apenas tem competências «complementares» no domínio da Educação e formação, como decorre do artigo 165.º do Tratado de Funcionamento da UE.

¹⁴² Veja-se a título de exemplo o Programa de Estocolmo (ponto 1.2.6): «Para fomentar uma genuína cultura europeia no domínio judiciário e policial, é essencial intensificar a formação sobre questões relativas à União e torná-la acessível, de forma sistemática, a todas as profissões envolvidas na implementação do espaço de liberdade, segurança e justiça. Nestas incluem-se os juízes, os magistrados do Ministério Público, os funcionários judiciais, a polícia e os guardas de fronteira». [Acedido a 05 de abr. 2018]. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52010XG0504\(01\)&from=PT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52010XG0504(01)&from=PT).

mas apenas Programas inspirados no Erasmus¹⁴³. Importa igualmente destacar que quando falamos de mobilidade (Erasmus) esta distingue-se dos fenómenos migratórios tradicionais, uma vez que a primeira é limitada no tempo, voluntária e tipicamente ligada a indivíduos com educação superior¹⁴⁴.

Por sua vez, a PCSD está sujeita ao método intergovernamental, o que faz com que os Estados continuem a ter o controlo total sobre esta área. Mas desde 2008, implementaram um Programa de Erasmus militar, que embora ainda se encontre em fase de crescimento, contempla nos seus objetivos contribuir para uma identidade de segurança e defesa da UE e incrementar a sua interoperabilidade. Todavia, é neste modelo que existe menos interação e partilha, logo menos contacto, menor socialização e por consequência maiores dificuldades em criar uma identidade europeia.

O pressuposto de que um maior contacto interpessoal é um dos melhores métodos para promover uma identidade europeia continua a ter eco na atualidade¹⁴⁵, mas até agora não recebeu a devida atenção

¹⁴³ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Background – Justice and Home Affairs Council*. Brussels: Council of the European Union, 23 April 2010. CEPOL – *User Guide for Participants of the CEPOL Exchange Programme – Inspired by Erasmus*. Doc. N.º UG EXPR.001-5 (20/01/2015), UG EXPR.001-6 (23/11/2016), N.º UG EXPR.001-7 (23/11/2017). COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Draft Council Conclusions on the role of law enforcement cooperation in combating food crime*. N.º 15623/14, Brussels, 27 November 2014.

¹⁴⁴ HAUVETTE, 2010. Apud MAZZONI, Davide, ALBANESI, Cinzia, FERREIRA, Pedro D., OPERMANN, Signe, PAVLOPOULOS, Vassilis and CICOGNANI, Elvira – Cross-border mobility, European identity and participation among European adolescents and young adults. *European Journal of Developmental Psychology*, 2017, p. 2. DOI: 10.1080/17405629.2017.1378089.

¹⁴⁵ EUROPEAN COMMISSION – *The Erasmus Impact Study, Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*. Luxembourg: European Union, 2014.

académica¹⁴⁶. A mobilidade de jovens¹⁴⁷ pode ocorrer por uma série de motivos, contudo, a mobilidade para fins de educação é provavelmente a mais investigada, devido ao seu potencial impacto transformativo e formativo¹⁴⁸.

No presente texto vamos delimitar a abordagem ao Erasmus militar (PCSD), procurando focarmo-nos no caso português da Academia Militar, deixando assim de parte a vertente do ELSJ e um hipotético Erasmus neste domínio.

Organizamos o nosso ensaio da forma seguinte: uma introdução, onde elencamos os traços iniciais da problemática do Erasmus (militar); numa segunda parte, expomos de forma breve o quadro teórico-concetual; de seguida abordamos as linhas fundamentais da génese e propósitos do Erasmus, para depois nos focarmos na caracterização do Erasmus militar; por fim, fazemos uma análise comparativa do Erasmus e Erasmus militar e elencamos algumas fragilidades do Programa; terminamos, com as conclusões.

Enquadramento teórico-concetual

Do ponto de vista teórico, os estudos sobre o Erasmus são ancorados na questão de identidade e nos efeitos da mobilidade. No presente capítulo, além de termos em conta estes aspetos, procuramos também uma explicação através do conceito de europeização e das suas dimensões.

¹⁴⁶ SIGALAS, Emmanuel – Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during the ERASMUS year abroad. *European Union Politics*, n.º 11(2), 2010, p. 261.

¹⁴⁷ MAZZONI, D. et al., *op. cit.*, pp. 5-6, distingue adolescentes (14-19 anos) e os jovens adultos (20-30 anos).

¹⁴⁸ TRAN, L. T. – Mobility as becoming: A Bourdieuan analysis of the factors shaping international student mobility. *British Journal of Sociology of Education*, 37, 2016, pp. 1268–1289. MAZZONI, D. et al., *op. cit.*, p. 2.

O Erasmus enquadra-se num processo mais amplo, muitas vezes veiculado no discurso político, de «mundialização universitária», o qual designa a abertura crescente das universidades aos intercâmbios e aos estudantes internacionais. Este assunto foi assumido como importante, dado que as universidades estão ligadas à produção e difusão do conhecimento, enquanto participam na construção das elites políticas e económicas. Por outro lado, as ideias que são ensinadas, as investigações que são prosseguidas, os modos de pensamento que são privilegiados têm um impacto cada vez mais importante na sociedade, o que conduz a que as universidades se constituam como lugares de poder¹⁴⁹.

Um conceito central é o de europeização, que compreende os «processos de (a) construção, (b) difusão e (c) institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, estilos e crenças e normas partilhadas que são definidas e consolidadas inicialmente no processo político da UE e depois incorporadas nas lógicas dos discursos, estruturas políticas e políticas públicas domésticas»¹⁵⁰.

Segundo Caporaso, a europeização é um processo que se exerce no mínimo a dois níveis: o europeu e o nacional, não sendo um processo «*top-down*», nem linear, nem unívoco, mas um processo em que existe um «*feedback*», assente num processo evolutivo e complexo, não automático, e com dois sentidos, de forma interativa e adaptativa, através do qual a europeização funciona como um catalisador de convergência¹⁵¹.

¹⁴⁹ STRASSEL, Christophe – Les enjeux géopolitiques de la mondialisation universitaire. *Hérodote – Revue de géographie et géopolitique*, n.º 168 (2018), pp. 9-10.

¹⁵⁰ FEATHERSTONE, K. and RADAELLI, C. M. – *The politics of Europeanization*. Oxford: University Press, 2003, p. 17.

¹⁵¹ Ibidem. SALGADO, Rosa Sanchez et WOLL, Cornelia – L'européanisation et les acteurs non étatiques. In PALIER, Bruno et SUREL, *op. cit.*, pp. 145-191. ENOS-ATTALI, Sophie, JÖNSSON, Alexandra et SHEPPARD, Elizabeth – Phénomènes de convergence

Assim, o recurso ao conceito de europeização afigura-se também útil para essa explicação, nomeadamente o recurso às três dimensões da europeização: *downloading ou top-down* (influência da UE nas instituições, nas políticas e nos processos políticos internos dos Estados), *uploading ou bottom-up* (influência dos Estados-membros nas políticas, nos processos políticos e nas instituições da UE) e *cross-loading* (influência mútua entre Estados/transferência de e para outros Estados no seio da UE).

Seguimos Sigalas no respeitante à parte do quadro teórico, especialmente no que concerne à relação entre Erasmus e identidade europeia. Desde 1987, que a Comissão Europeia se interessou em implementar políticas relacionadas com a educação, a fim de promover um sentimento de identidade europeia entre os europeus e reforçar o apoio à integração europeia¹⁵², pese embora a parca base jurídica que os Tratados lhe conferem nesta matéria.

Theresa Kuhn também destaca alguns aspetos relevantes no que concerne à identidade, nomeadamente a sua ligação com a diferença da relação dos alunos «com» e «como» UE no processo de construção/incremento da identidade europeia¹⁵³. Assim, a identidade europeia pode ser concetualizada em termos de ligação e autoidentificação com a Europa e como Europeu¹⁵⁴, sendo que esta deve ter duas dimensões segundo Kristine Mitchell – «auto identificação como membro do grupo» e um «elemento afetivo» (sentimento de pertença conjunto)¹⁵⁵.

dans un contexte européen: quel rôle pour l'européanisation? In PALIER, Bruno et SUREL, Yves, *op. cit.* pp. 313-357.

¹⁵² SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 243.

¹⁵³ KUHN, Theresa – Why Educational Exchange Programmes Miss Their Mark: Cross-Border Mobility, Education and European Identity. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 50, n.º 6 (2012), p. 996.

¹⁵⁴ Idem, p. 1000.

¹⁵⁵ MITCHELL, Kristine – Rethinking the 'Erasmus Effect' on European Identity. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 53, n.º 2 (2015), p. 331.

O debate académico sobre o significado, desejabilidade e viabilidade de uma identidade europeia comum ainda é próspero e ávido de maior aprofundamento. Contudo, a definição usual de identidade está baseada no paradigma do Estado-nação. Com o incremento da politização da UE, veio também uma discussão sobre o défice democrático, a fraca legitimidade da União e a necessidade de demonstrar que podia ser construída uma UE democrática. Assim, apesar da falta de consenso quanto ao défice e legitimidade da UE, este é devido à falta de uma identidade coletiva¹⁵⁶, o que nos conduz a um processo circular e vicioso.

O argumento baseado no paradigma do Estado-nação foi bastante criticado por um conjunto de correntes, dado ser inapropriado para o modelo da UE. A natureza híbrida da União, o quadro político multinível, o crescimento multicultural das sociedades europeias aparentam tornar anacrónica e obsoleta a questão de uma identidade europeia comum e supranacional¹⁵⁷.

O Erasmus foi concebido para promover uma identidade europeia como a nacional, embora o resultado desse desiderato implicasse e refletisse uma alteração do modelo e tipo de integração política. Porém, as características exatas de tal identidade nunca foram especificadas nos documentos da UE, para além de referências vagas a um património cultural europeu comum, embora seja assumido que desempenha um papel-chave na criação e aumento da identidade europeia¹⁵⁸.

O processo de socialização europeu não significa transferência de lealdade, do nível nacional para o europeu, mas um possível entrelaçamento de identidades – nacionais e europeias, e de interdependen-

¹⁵⁶ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 244.

¹⁵⁷ *Ibidem.*

¹⁵⁸ KUHN, Theresa, *op. cit.*, p. 998.

dências institucionais¹⁵⁹. A relevância das jurisdições, onde novas práticas e instrumentos legais emergem, conduz a um processo de socialização, a qual constrói também «uma nova realidade social»¹⁶⁰, em virtude do contexto pragmático e das práticas sociais nas quais os atores estão inseridos¹⁶¹.

De acordo com Inglehart a mobilização cognitiva é um requisito necessário, mas não suficiente, para a formação da identidade europeia. Por outro lado, pessoas com mais formação poderão ser mais propensas a adotar e promover ideias cosmopolitas e pró-europeias, hipóteses que Theresa Kuhn procura estudar¹⁶².

Partindo do entendimento de Deutsch as identidades coletivas podiam ser construídas através da integração supranacional, o que levaria a uma identidade supranacional, sendo que na linha de Fligstein, tendo por base esta teoria, se sublinhava que o incremento da mobilidade transfronteiriça promovia uma «identidade nacional europeia»¹⁶³.

Assim, segundo Easton uma identidade política é uma identidade coletiva compartilhada pelos membros de um grupo político coletivo que fornece à política o apoio público de que necessita para assegurar sua viabilidade e estabilidade a longo prazo. Já a identidade social definida por Tajfel's é aquela parte do autoconceito de um indivíduo

¹⁵⁹ HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – Uma Matriz Teórica da «Segurança Interna» da União Europeia. *Nação e Defesa*, n.º 146 (2017), pp. 106-133.

¹⁶⁰ O'NEILL, M. – Security cooperation, conterterrorism, and EU-North Africa cross-border security relations, a legal perspective. *European Security*, N.º 24(3), 2015, p. 440.

¹⁶¹ BREMBERG, N. – The European Union as Security Community-Building Institution: Venues, Networks and Co-operative Security Practices. *Journal of common market studies*, N.º 53(3), 2015, p. 674.

¹⁶² KUHN, Theresa, *op. cit.*, pp. 998-999. Ver também MITCHELL, Kristine, *op. cit.*, p. 332.

¹⁶³ DEUTSCH, K., BURREL, S. A. and KANN, R. A. – *Political Community and the North Atlantic Area*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1968 [1957]. FLIGSTEIN, N. – *Euro-Clash: The EU, European Identity, and the Future of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008. Apud SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 245.

que deriva de seu conhecimento de pertencer a um grupo social (ou grupos) conjuntamente com o valor e significado emocional dessa associação¹⁶⁴.

Deste último conceito surgem duas dimensões fundamentais: auto-identidade e significado emocional, sendo que a identidade social é mais importante no caso da identidade europeia. Sigalas refere outras interpretações da identidade explicada por outros autores. Sendo que numa identidade social é necessário uma auto-compreensão do grupo político e uma distinção entre os membros do grupo e dos que estão fora do mesmo, que leva a um aumento da coesão e uma auto-visão positiva do grupo, muitas vezes à custa da imagem percebida do grupo externo¹⁶⁵.

O Erasmus pode contribuir para a construção de uma identidade, na medida em que os participantes têm contacto com outras culturas, do Estado hospedeiro e com estudantes de outros países, na qual se podem encontrar traços culturais comuns em relação a outros Estados e à Europa. Mesmo que esteja aquém de uma cultura plenamente desenvolvida, cria uma crescente consciência dos aspetos que unem e não dividem os europeus, sendo um passo em direção a uma identidade comum¹⁶⁶.

Outro elemento importante da identidade é o apego a um território, ou seja, a ideia de que as pessoas se sentem unidas não apenas em relação ao seu Estado-nação, mas também à Europa. Para Sigalas a operacionalização da identidade europeia em termos de auto-identidade, orgulho, coesão, semelhanças e apego geográfico, sem especificar o que significa ser «europeu» é obviamente uma solução imperfeita¹⁶⁷.

¹⁶⁴ EASTON, D. – *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley & Sons, 1965. TAJFEL'S, 1978, p. 63. Apud SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 245.

¹⁶⁵ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 246.

¹⁶⁶ Apud SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 246.

¹⁶⁷ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, pp. 246-247.

É suposto que a mobilidade internacional reforce a identidade europeia, promova a autonomia e crie redes (*networks*). No entanto, esta perde eficácia se forem viagens de curto prazo. Por outro lado, era necessário que nesse contacto os participantes tivessem um *status* igual, a busca de objetivos comuns, apoio social e institucional e que esses pudessem levar a uma percepção de interesses e humanidade comum. Posteriormente, outros estudos vieram confirmar, que além das referidas condições originais, apenas uma era essencial, o contacto interpessoal, sendo que este devia proporcionar aos indivíduos a oportunidade de se tornarem amigos¹⁶⁸.

Contudo, também na linha construtivista, para os mecanismos de socialização poderem ser eficazes estes têm de ser de longa duração, o que não é o caso dos Programas Erasmus nas instituições de ensino superior militar, dado que estes muitas vezes se circunscrevem a viagens e estadias curtas. Desta forma, podemos considerar o «tempo» como uma determinante importante, bem com a qualidade do contacto¹⁶⁹.

O sucesso da adaptação a novos ambientes pode também desempenhar um papel importante na efetivação do Erasmus para promover a identidade europeia, dado que existe uma «oportunidade para interagir» com outros europeus. Apesar da sua importância, o contacto interpessoal não pode ser a única fonte de influência durante a estadia dos alunos em Erasmus. Por outro lado, as atitudes que os estudantes assumem perante a identidade europeia depende do local para onde vão estudar. A experiência e o *background* dos alunos são também uma condição para os resultados do Erasmus. Estudantes que vêm de famílias multiculturais, que possuem uma educação e conhecimentos superiores e falam diferentes línguas leva a que es-

¹⁶⁸ Apud SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 247. Mazzoni, D., et al., *op. cit.*, 2017, pp. 2-5.

¹⁶⁹ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 247.

tejam numa posição melhor para desenvolver o fortalecimento de uma identidade europeia. No entanto, dificilmente uma investigação pode realmente demonstrar se a identidade europeia cresceu ao longo do tempo ou se os alunos Erasmus são simplesmente mais propensos a possuir uma identidade europeia¹⁷⁰.

Também não é claro se a experiência Erasmus os ajudou a socializar mais com estudantes do país anfitrião ou não. Já os estudantes com uma forte identidade europeia têm mais mobilidade do que os que não entram em regime de mobilidade, mas não porque têm experiências transfronteiriças em si mesmo¹⁷¹. A identidade é mais reforçada nos estudantes mais jovens, por isso é mais importante enviar alunos mais jovens, sendo estes os mais suscetíveis de transformar e onde poderá haver mais efeitos, uma vez que estes integram o «período crucial». O Erasmus incrementou o contacto interpessoal entre os europeus de diferentes nacionalidades, mas teve apenas um impacto positivo muito modesto na identidade europeia. O que explica que mesmo que o Erasmus aumente o contacto entre europeus de diferentes nacionalidades, não conseguiu reforçar a identidade na maioria deles. Outro fator que pode ser importante para analisar o seu impacto na identidade europeia é saber o país de origem e destino, bem como a sua posição perante as questões europeias¹⁷².

Erasmus: génese e propósitos

A criação do Mercado Comum vai ser um impulsionador do Erasmus dada a livre circulação. Por sua vez, entendia-se que o cresci-

¹⁷⁰ MITCHELL, Kristine, *op. cit.*, p. 333. SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, pp. 247-261.

¹⁷¹ WILSON, Iain – What should we expect of ‘Erasmus Generations?’, *Journal of Common Market Studies*, Vol. 49, n.º 5 (2011), pp. 1113-1140.

¹⁷² MITCHELL, Kristine, *op. cit.*, p. 345. SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, pp. 247-261.

mento económico dependeria essencialmente da valorização dos recursos humanos, para a qual vieram contribuir para colocar em destaque uma «Europa do conhecimento»¹⁷³. Com efeito, este Programa nasce associado à vertente económica e evolui para um projeto que visava criar um espaço europeu de ensino europeu, funcionando como um instrumento de governança para favorecer a integração europeia e a mercantilização do ensino superior¹⁷⁴.

A criação do Erasmus integra-se numa linha que vinha a ser desenvolvida no espaço europeu de valorização do ensino, da ciência e da tecnologia, ainda anterior à própria construção jurídica das Comunidades Europeias. Conquanto a mobilidade transfronteiriça de estudantes seja vista como um método para promover a integração europeia¹⁷⁵, independentemente do seu contributo para a identidade europeia, quanto maior for o grau de integração, por consequência, teremos uma identidade europeia mais sólida, segundo a corrente construtivista. Ou seja, a primeira conduz à segunda.

O domínio do ensino superior e da ciência, embora em tempos diferentes, surge como as matérias de segurança e defesa da União, primeiro desenvolve-se fora do quadro jurídico comunitário, com um carácter essencialmente informal e *ad hoc*, para progressivamente serem integradas de forma parcial e limitada no quadro comunitário¹⁷⁶. No entanto, a UE atribui a esta uma competência similar à da PCSD (competência e papel central dos Estados), mas diferente do ELSJ (competência partilhada entre a UE e os Estados-membros), o que faz deste espaço globalmente supranacional.

¹⁷³ VERSINI, Claire – Erasmus: retrouver les ambitions d'origine. *Tribune*, Institut Jacques Delors, 4 de December, 2017, p. 2.

¹⁷⁴ CALVO, Daniel Malet – Globalización e internacionalización educativa. Una historia institucional del Programa ERASMUS, 1987-2014. *Ler História* [Online]. N.º 71 (2017), pp. 3-6. [Acedido a 14 de jan. 2018]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2885>

¹⁷⁵ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, pp. 241-265.

¹⁷⁶ HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – Uma Matriz..., *op. cit.*

Atente-se que sobretudo até ao Tratado de Maastricht, as matérias de Defesa não eram tratadas no âmbito europeu, como são hoje; e as matérias de segurança interna, começavam a surgir na agenda europeia, como consequência dos desenvolvimentos do mercado interno e fruto do Acordo de Schengen¹⁷⁷.

Consideramos que a «janela temática» que permitiu o avanço da educação universitária foi o de considerar esta como formação, ligando-a assim ao emprego, e por consequência, prevista nos tratados¹⁷⁸. No caso do Erasmus militar, esta conexão é de difícil aplicação, dado que as matérias de Defesa continuam sob a alçada intergovernamental, e os alunos das Escolas militares têm acesso garantido a um mercado de trabalho específico, ligado ao exercício de funções que contribuem diretamente para a afirmação da soberania dos Estados.

Emmanuel Sigalas, no seu estudo concluiu que a estadia Erasmus promove a interação pessoal entre os europeus, mas o contacto com os estudantes do país anfitrião permanece limitado, e a comunicação de alta qualidade ocorre principalmente entre estudantes de mesma nacionalidade. Uma alta concentração de co-nacionais em algumas universidades é parcialmente responsável por esse desenvolvimento. Em segundo lugar, a experiência Erasmus não fortaleceu a identidade europeia da maioria dos estudantes ao longo do tempo. Pelo contrário, o nível de identidade europeia dos novos estudantes deteriorou-se ao longo da estadia. Em terceiro lugar, o aumento da socialização com outros europeus promove uma identidade europeia, mas o seu impacto é modesto. Em quarto lugar, a maioria dos estudantes enfrentou poucos problemas de adaptação e permaneceu satisfeita com o Programa Erasmus, mas isso não ajudou a identidade

¹⁷⁷ Idem, pp. 106-133.

¹⁷⁸ CUNHA, Alice e SANTOS, Yvette – *Erasmus'30: a história do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisboa: Comissão Europeia, 2017, p. 37.

européia a crescer. Finalmente, o Erasmus é mais eficaz entre os estudantes mais jovens do que entre os mais velhos¹⁷⁹.

As conclusões do estudo de Sigalas colocam em dúvida a eficácia da mobilidade transfronteiriça como meio de despertar uma identidade europeia. É evidente que nenhuma transformação «milagrosa» pode ser atingida num único ano, sendo altamente improvável, portanto, que visitas mais curtas, como viagens de negócios ou turísticas, também façam alguma diferença. Estadias mais longas no exterior podem ser mais eficazes, mas isso ainda precisa ser comprovado¹⁸⁰.

Por sua vez, outro estudo, destaca que nenhuma evidência foi encontrada quanto ao papel desempenhado pela mobilidade de longo prazo (por razões educacionais ou não educacionais), sugerindo que viajar por razões não educacionais também pode fornecer importantes oportunidades de contato. O mesmo refere também que os Programas e iniciativas de curto prazo podem ser eficazes no reforço da cidadania europeia dos jovens¹⁸¹.

Contudo, isto não implica necessariamente que as interações transnacionais sejam ineficazes na promoção da identidade europeia. Até porque ficou comprovado noutros estudos que as práticas transnacionais têm um efeito forte, positivo e altamente significativo na autoidentificação europeia. Por sua vez, o efeito das práticas transnacionais é significativamente mais fraco entre as pessoas altamente qualificadas. No entanto, é muito provável que os europeus altamente qualificados (já) possuam uma identidade europeia, independentemente de interagirem fora de fronteiras ou não. Para este grupo de pessoas, as experiências transfronteiriças não podem «adicionar» muito à sua propensão existente para se identificarem com a Europa. Em contraste, para pessoas com baixa escolaridade, as redes e

¹⁷⁹ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 261.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ MAZZONI, D. et al., *op. cit.*, pp. 12-13.

interações transnacionais aparentam realmente fazer a diferença. Por fim, o estudo destaca que uma ligação mais forte ao país é negativamente associada à identificação europeia¹⁸².

Os estudos de Sigalas foram importantes porque até então as expectativas sobre o efeito do Erasmus eram exageradas. Por outro lado, os atuais jovens já nasceram e viveram num contexto europeu diferente do passado, sendo normal que já se sintam europeus¹⁸³. O mesmo já não se pode dizer de quem tem níveis de escolaridade mais baixos, apesar de a consequência da mobilidade na identidade europeia ter mais efeitos e ser mais eficaz neste grupo, embora este último seja mais relutante em ser ativo transnacionalmente¹⁸⁴.

A ideia geral, acerca do Erasmus é que os contactos transfronteiriços e a interação contribuiria positivamente para a identidade europeia e para o incremento do conhecimento e da atenção acerca da Europa, os quais podem conduzir a uma melhoria na identificação com a Europa¹⁸⁵. Este Programa foi sobretudo «elogiado» pela Comissão e alguns académicos como um meio para fortalecer a identidade europeia, dado que segundo a teoria transnacionalista, defendida especialmente por Deutsch¹⁸⁶, a interação transfronteiriça promovia uma identidade coletiva; bem como a «mobilização cognitiva» que sugere a relação entre conhecimento e atitudes acerca da UE¹⁸⁷.

Já Theresa Kuhn conclui que o Erasmus não é uma forma exclusiva de fortalecer a identidade europeia. Mas concorre também para a UE fortalecer o crescimento económico e a competitividade ao investir no ensino superior. A autora refere ainda que estes Programas

¹⁸² KUHN, Theresa, *op. cit.*, pp. 1003-1004. MAZZONI, D. et al., *op. cit.*, p. 4.

¹⁸³ WILSON, Iain – *op. cit.*, pp. 1113-1140.

¹⁸⁴ KUHN, Theresa, *op. cit.*, p. 1006.

¹⁸⁵ MITCHELL, Kristine, *op. cit.*

¹⁸⁶ DEUTSCH, K., et al., *op. cit.*

¹⁸⁷ MITCHELL, Kristine, *op. cit.*, pp. 344-345. Ver também MAZZONI, D. et al., *op. cit.*

são destinados a indivíduos qualificados, quando não é nestes que a identidade europeia é mais suscetível de se desenvolver, e quem é mais propenso, por norma não prossegue os estudos ou abandona a escola antes de poder aceder aos Programas. Em síntese, a implicação principal da investigação da autora é que para promover a identidade europeia, as iniciativas que incentivam o intercâmbio internacional devem visar indivíduos com menor escolaridade. Os Programas devem também ser realizados fora da educação, em vez de serem incorporados num contexto educacional¹⁸⁸.

Por sua vez, este Programa segundo Kristine Mitchell também tem um objetivo e efeito cívico, dado que além de promover a identidade europeia, promove o emprego e o desenvolvimento do capital humano¹⁸⁹.

Erasmus militar: avançar parado

O advento do Erasmus militar surge em 2008, no decorrer da Presidência francesa do Conselho da UE. No entanto, podemos afirmar que a corrente que se vinha a desenvolver na Europa no âmbito da mobilidade de circulação do conhecimento, em geral plasmada no Erasmus e nos seus sucessivos *upgrades*, decorre em parte, da renovada Estratégia de Lisboa, no âmbito da terceira Presidência portuguesa do Conselho, em 2007¹⁹⁰.

¹⁸⁸ KUHN, Theresa, *op. cit.*, pp. 1006-1007.

¹⁸⁹ MITCHELL, Kristine, *op. cit.*, p. 345.

¹⁹⁰ CALVO, Daniel Malet, *op. cit.*, p. 32: este processo foi iniciado na segunda Presidência portuguesa de 2000, com a criação da *Estratégia de Lisboa*, onde a educação passou a ser vista como um «bem consumível» e o seu resultado como benéfico para o mundo de trabalho extremamente competitivo. PÉPIN, Luce – Education in the Lisbon Strategy: assessment and prospects. *European Journal of Education*, Vol. 46, n.º 1 (2011), pp. 25-35. HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – *As Presidências Portuguesas da União Europeia*. Porto: Fronteira do Caos, 2017, pp. 307-372.

Também concorrem para esta tendência de reforço das componentes de segurança e defesa da UE, plasmada em vários documentos que emergem após o 11 de setembro de 2001 e se prolongam até ao Tratado de Lisboa, nomeadamente a criação da Estratégia de Segurança da União («Documento Solana»), em 2003, renovada precisamente em 2008; bem como as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, nestes domínios.

Assistimos igualmente, em 2002, à criação do Instituto de Estudos de Segurança da UE, que entre os seus objetivos, contempla a promoção de uma cultura de segurança comum na UE. Por sua vez, em 2005, foi criado o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) e a CEPOL. Neste período surge também um conjunto de Agências, com competências na formação (ex. Frontex, em 2004). Sendo que ambas procuram contribuir, no âmbito do seu domínio, para o reforço da segurança e de uma cultura europeia, através da partilha de conhecimentos e formação.

Contudo, estas instâncias ora referidas destinam-se primariamente à formação de elementos que já integram os diferentes serviços e assente sobretudo numa partilha de conhecimentos técnicos, não abrangendo diretamente os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino superior militar e policial. Lacuna que o Erasmus militar vai procurar colmatar parcialmente.

Para entender a origem do Erasmus militar é necessário compreender este conjunto de circunstâncias e as correntes que se vinham a desenvolver, para tentar entender o seu aparecimento na agenda da União, em 2008.

Esta iniciativa começa a ser pensada no período de preparação da Presidência Francesa da União, em setembro de 2007. O então Ministro da Defesa Nacional cria dentro do seu próprio ministério um grupo para estudar e preparar a iniciativa Erasmus militar, com o objetivo de impulsionar o intercâmbio de cadetes e professores do ensino superior militar, mas respeitando a autonomia e características

de cada Estado. Desde esta fase embrionária que os Estados-membros e as instituições militares participaram e se pronunciaram sobre a iniciativa¹⁹¹.

Desta forma, o Erasmus militar vai surgir enquadrado no âmbito de uma das quatro grandes prioridades da Presidência francesa (2008) – Segurança e Defesa, ao lado das outras três – Energia e Clima; Questões Migratórias; Agricultura. As questões de defesa foram uma prioridade-chave da França no exercício da Presidência, no sentido de fortalecer a então PESD e melhorar os mecanismos das capacidades militares europeias¹⁹², sendo o Erasmus militar um elemento que concorre para esse desiderato.

De forma paralela, a este vetor estimulador, decorrente da aprovação do Tratado de Lisboa que cria a Política Comum de Segurança e Defesa, vai surgir um outro vetor impulsionador do Erasmus militar – a Estratégia de Lisboa, associada esta à ligação entre o conhecimento, emprego e a economia. Estamos assim perante a interligação de políticas da UE e o seu efeito *spillover* e o processo de europeização na sua dimensão de *downloading*.

Assim, no Programa do Trio de Presidências, entre outros, o Programa Erasmus era um dos objetivos do «topo da agenda», e dessa forma se compreende também o empenhamento da República Checa e da Suécia nestas matérias. Por sua vez, na secção dedicada à PESD (Gestão de Crises) era referido que «serão promovidos programas conjuntos europeus de formação, nomeadamente no quadro da Academia Europeia de Segurança e Defesa»¹⁹³.

¹⁹¹ PAILE, Sylvain – *The European Military Higher Education Stocktaking Report*. Brussel: ESDC, European Union, 2010, p. 20. SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *European Security...*, *op. cit.*, p. 44.

¹⁹² MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Portugal na União Europeia, Ano 2008*. Lisboa: MNE, 2008, p. 13. DEHOUSSE, Renaud and MENON, Anand – *The French Presidency*. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 47, 2009, pp. 102-103.

¹⁹³ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Programa do Conselho para 18 meses (Presidências Francesa, Checa e Sueca)*. Bruxelas, n.º 11248 (2008), pp. 37 e 78.

Apesar do Programa Erasmus, na época, ser conduzido pela Comissão Europeia, a Presidência francesa vai desenvolver esforços para concluir o Programa «*Erasmus mundus 2009-2013*», procurando também europeizar os percursos dos jovens, e acelerar a construção de um verdadeiro espaço europeu de investigação¹⁹⁴. Evidencia-a aqui também no processo de europeização, na sua dimensão de *uploading*.

No campo da segurança e defesa, vai procurar reforçar as capacidades militares e de gestão de crises, desenvolver os instrumentos da União, sendo um deles: «promover formações europeias comuns (“Erasmus militar”) e um aumento dos intercâmbios entre as estruturas nacionais de Formação; deverá ser adaptada a ação comum que estabelece a Academia Europeia de Segurança e Defesa»¹⁹⁵.

Investir no conhecimento e inovação e a criação da «quinta liberdade», onde se enquadra a mobilidade transfronteiras de investigadores, estudantes, cientistas e pessoal docente universitário e na qualidade dos recursos humanos, como meio potenciador de acesso ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento económico¹⁹⁶, foi um dos objetivos da Presidência francesa, sendo também nesse contexto que se deve entender o surgimento do Erasmus militar.

Assim, as razões da sua criação ficaram plasmadas no *Non-Paper* da Presidência francesa da UE:

«O desenvolvimento de operações militares multinacionais exige o fortalecimento da capacidade dos exércitos europeus operar em conjunto. Uma forma de atingir este objetivo é oferecer aos jovens oficiais, ao nível da sua formação básica, a

¹⁹⁴ PRESIDÊNCIA FRANCESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Programa de Trabalhos (1 julho a 31 dezembro 2008), Uma Europa que Atua para responder aos desafios de hoje*, 2008, pp. 9-10.

¹⁹⁵ *Idem*, pp. 22-23.

¹⁹⁶ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Conclusões da Presidência. Conselho Europeu de Bruxelas 13/14 de março 2008*. Buxelas, n.º 7652 (2008), pp. 5-11.

possibilidade de seguir parte dos seus currículos noutro Estado-Membro.

Várias academias militares já estabeleceram intercâmbios com base bilateral ou, por vezes, multilateral. Algumas dessas trocas incluem até mesmo a concessão de diplomas conjuntos. Certas academias militares optaram por aderir ao programa Erasmus.

No entanto, o número de estudantes militares que participam em tais intercâmbios permanece limitado, em parte devido a discrepâncias significativas entre as práticas dos Estados-Membros e a vários obstáculos à implementação (línguas, burocracia, reconhecimento de diplomas estrangeiros, especificidades de formação militar, etc.)»¹⁹⁷

No mesmo documento é exarado o objetivo da proposta a apresentar no Conselho de Assuntos Gerais e de Relações Externas (CAGRE) de novembro de 2008: «a fim de reforçar a capacidade de trabalho conjunto dos exércitos europeus e, assim, melhorar a interoperabilidade das forças, poderá ser lançada uma iniciativa para desenvolver intercâmbios semelhantes ao Erasmus no domínio militar»¹⁹⁸.

No CAGRE, os Ministros da Defesa aprovaram as recomendações expressas na Declaração de 10 de novembro de 2008. Esta iniciativa pretendia melhorar a cultura europeia no âmbito da segurança e defesa, baseada na promoção de uma consciência de identidade comum e de uma partilha de objetivos entre os atores envolvidos¹⁹⁹.

¹⁹⁷ EU PRESIDENCY – European Initiative to develop exchanges between military officers at basic training level. *Non-Paper*, France, 2008.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Conclusions on the ESDP, 2903 External Relations Council meeting*, Brussels 10 and 11 November 2008, Annex II. Council of the European Union, Document 5155/1/08. Para uma explicação das recomendações. Ver SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – European Security..., *op. cit.*, pp. 44-45. SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – A Small Step..., *op. cit.*, p. 262.

Esta iniciativa previa expressamente que se devia promover a interoperabilidade, na formação inicial dos oficiais, tendo em conta as características e tradições nacionais. No entanto, estas não deviam ser vistas como uma forma de tentar padronizar currículos, mas apenas reduzir as diferenças que poderiam impedir a mobilidade²⁰⁰. Estamos assim perante um misto, entre salvaguarda das idiossincrasias nacionais e o estímulo da europeização, nomeadamente na sua dimensão de *uploading* e *cross-loading*.

Desta forma, o Erasmus militar ficou consagrado nas conclusões do Conselho Europeu, nas quais este «apoia igualmente a decisão de lançar uma iniciativa, inspirada no Programa ERASMUS, destinada a incentivar os intercâmbios de jovens oficiais europeus»²⁰¹.

Por proposta e iniciativa francesa foi criado o Erasmus militar, sob a alçada das estruturas dos Ministérios da Defesa. No entanto, desde setembro 2007 a junho 2008, que o «grupo de trabalho do Erasmus militar» vinha a estudar o possível valor acrescentado que este traria para os Estados-membros e as instituições militares. Esta iniciativa marca o primeiro envolvimento da UE no âmbito da PCSD na educação dos futuros militares dos Estados-membros²⁰².

Para Jean-Dominique Giuliani, o Erasmus militar foi um dos casos de sucesso da Presidência francesa, no âmbito da PCSD²⁰³, o qual mereceu também referência no *Relatório de implementação da Estratégia de Segurança da União*, como um dos elementos a desenvolver

²⁰⁰ EU PRESIDENCY, *op. cit.* PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, p. 11.

²⁰¹ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Conclusões da Presidência. Conselho Europeu de Bruxelas 13/14 de março 2008*. Bruxelas, n.º 7652 (2008), p. 17.

²⁰² SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *A Small Step...*, *op. cit.*, p. 262. SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *A Small Step...*, *op. cit.*, p. 262. PAILE, Sylvain – *European education ...*, *op. cit.*, p. 6. PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, 2010.

²⁰³ GIULIANI, Jean-Dominique – *A Successful Presidency Results of the French Presidency of the Council of the European Union*, p. 6. [Acedido a 10 de fev. 2018]. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000041001-000042000/000041527.pdf>.

pelo CESD da PCSD, dado que era um instrumento importante para contribuir para o desenvolvimento da emergência de uma cultura de segurança e defesa da UE²⁰⁴.

Desta forma, pretendia-se contribuir para familiarizar os estudantes com o papel que poderiam vir a desempenhar no âmbito da segurança e defesa europeias, através do intercâmbio do conhecimento e de valores, sendo esta iniciativa um primeiro passo para a europeização da educação na área da defesa, e consequentemente estimulava a emergência de uma cultura europeia de defesa²⁰⁵.

Esta iniciativa estava destinada a um nível de educação e formação inicial, em contraste com uma formação que os oficiais fazem ao longo da sua carreira. Assim, esta surge como uma componente a incluir e transversal a duas áreas que por regra compõem os planos de estudos dos oficiais – componente académica e militar, a primeira associada a uma vertente teórica e científica; a segunda a um domínio prático, de treino, adaptação ao ambiente profissional²⁰⁶.

A adicionar a estes elementos, surgiram dificuldades endógenas ao próprio processo, dado que no espaço europeu existem diferentes designações, conforme os Estados-membros, para instituições que desenvolvem estas atividades: «escola», «colégio», «academia», «universidade de defesa», «centro de treino», entre outros. Por outro lado, conforme o país e a escola, os cadetes no final da formação ficam habilitados com diferentes graus académicos – bacharelatos,

²⁰⁴ Relatório de implementação da Estratégia de Segurança da União Brussels, 11 December 2008, S407/08, p. 9. PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 16.

²⁰⁵ SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *A Small Step...*, *op. cit.*, pp. 262-263. PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, p. 6. SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *European Security...*, *op. cit.*, pp. 46-47. PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, p. 31.

²⁰⁶ Veja-se PAILE, Sylvain – *Towards a European Understanding of Academic Education of the Military Officers?* [Acedido a 12 de abr. 2018]. Disponível em: <https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/70641/2/European%20education%20of%20officers-booklet.pdf>. PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*

licenciaturas ou mestrados, sendo que em alguns casos já são licenciados quando são admitidos²⁰⁷.

Além de que algumas matérias em determinadas escolas assumem uma abordagem académica, noutras profissional e vocacional, com calendários escolares dessincronizados entre academias e Estados-membros²⁰⁸. No entanto, por regra, todos têm uma característica comum – fornecem uma educação superior²⁰⁹, embora com diferentes enquadramentos institucionais e académicos.

Logo em novembro de 2008, na sequência do seminário sobre o «Erasmus militar» que decorreu na École Militaire, em Paris, foi acordado pelos países participantes a materialização de um grupo de trabalho que tinha como objetivos para 2009:

- O desenvolvimento de um curso comum no âmbito da então Política Europeia de Segurança e Defesa; e
- Consultas iniciais entre as Academias Militares de forma a desenvolver e a consolidar um futuro processo de reconhecimento mútuo dos créditos e dos currícula²¹⁰.

Em 2009, a 13 de fevereiro, o responsável pelo grupo de implementação do Programa do CESD procura estimular os seus parceiros, ao nível das academias militares (e equivalente), a desenvolver o referido Programa. Este era inspirado no Erasmus, o qual seria previsível que tivesse impacto a longo prazo, procurando por isso,

²⁰⁷ PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 8. Veja-se também PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 8.

²¹⁰ PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, pp. 20-29.

encorajar os representantes dos Estados-membros a participar no cômputo deste projeto²¹¹.

Nesse momento, a possibilidade de organização de módulos comuns da PESD para os cadetes das academias militares europeias foi definido pelo grupo de implementação da iniciativa como prioritário. Após um conjunto de reuniões e negociações, em abril de 2009, no seminário organizado pela Presidência checa, em Brno, Portugal disponibiliza-se para conduzir o projeto piloto de organizar o seminário sobre Segurança e Defesa da UE, em setembro de 2009. Consequentemente, a 3 de julho, o Ministério da Defesa Nacional atribuiu a tarefa de desenvolver este projeto às três academias militares, em colaboração com o CESD. Assim Portugal, convidou cadetes de todos os Estados-membros a participar²¹², o qual foi sujeito a uma avaliação externa internacional, com resultados «francamente positivos»²¹³.

Desta forma, realizou-se em 5 de março de 2009, na Divisão de Planeamento e Recursos Militares (DPRM) do MDN uma reunião entre os representantes da Academia Militar, da Academia da Força Aérea e da Escola Naval, do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Instituto de Defesa Nacional, da Divisão de Planeamento de Defesa Nacional e da DPRM no sentido de se estudarem e analisarem as possibilidades de operacionalização das propostas enviadas pelo grupo de trabalho e implementação do *European College of Security and Defense*²¹⁴, nomeadamente a do desenvolvimento e elaboração de um módulo curricular único, sob a forma de seminário, com a

²¹¹ CIOCCA, Cesare – *Letter of European Security and Defense College – Executive Academic Board – «Their Chairman»*, ESDC, 13 February 2009.

²¹² SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *A Small Step...*, *op. cit.*, pp. 263-265.

²¹³ SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *European Security...*, *op. cit.*, pp. 50-54. PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, pp. 138-149.

²¹⁴ ESDC – 2nd Meeting of the Implementation Group (IG) for European initiative for THE exchange of young officers (inspired by Erasmus). *Draft Minut – IG/2009/ 004*, Brno, 21-22 April 2009.

duração de cinco dias, dedicado exclusivamente às questões da PESD, a ser ministrado em língua inglesa e em todas as academias militares ao respetivo corpo discente, com a possibilidade de intercâmbio multinacional.

Estes módulos considerados um sucesso, um laboratório de ideias e a bandeira do Erasmus militar, visavam familiarizar os futuros oficiais, inspirado pelo Erasmus, com o seu papel futuro no âmbito da PCSD, permitindo a troca de conhecimento e experiências, e contribuindo para a criação de um ambiente europeu de educação e treino dos futuros oficiais²¹⁵.

Nesse mesmo ano, em maio, é apresentado à Alta-representante para a Política de Segurança e de Negócios Estrangeiros, o primeiro relatório de progresso da iniciativa dos Ministros da Defesa Nacional, de novembro de 2008 – Erasmus militar. Estes destacavam os avanços significativos do Programa, a interoperabilidade das Forças Armadas e a criação de uma cultura de segurança e defesa. As principais iniciativas concretas iriam ser implementadas e desenvolvidas em 2010, designadamente o acordo-quadro e o sistema de equivalências para os militares na fase inicial da sua formação nos seus Estados-membros, o que facilitaria o intercâmbio (dos Programas) entre os jovens oficiais²¹⁶.

Dentro do referido Programa, surgiram a criação de módulos comuns sobre a PCSD, apoiados pelo CESD, ministrados via *e-learning*, um seminário regular para os jovens oficiais *Train-the-Trainers* e o lançamento do site (www.emilyo.eu) pelo Ministério da Defesa da Bulgária²¹⁷.

²¹⁵ PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, pp. 24-28. Até 2014, 125 futuros oficiais europeus participaram nos módulos PCSD.

²¹⁶ ASTON, Catherine – *Progress Report*. Brussels, AG/zk D (10) 590, High Representative, 27 Abril 2010, p. 1.

²¹⁷ *Ibidem*.

Os próximos passos previam a inclusão da comparação de planos de curso de formação baseados nas competências, a adoção de uma comunicação sistemática e a exploração de possíveis sinergias, como a existente na reunião anual de comandantes das academia militares²¹⁸.

O relatório destaca ainda, que o resultado alcançado foi devido aos sucessivos apoios das Presidências e ao empenho de muitos Estados-membros. Era ainda realçado pela Alta-representante que esperava que as atribuições dadas ao CESD e ao papel do secretariado permanente facultassem uma estrutura frutuosa para o sucesso dos resultados²¹⁹. Parte do resultado é devido ao processo de europeização na sua dimensão *uploading* e posterior de *cross-loading*.

Por fim, sublinhava a importância de, a longo prazo, os Estados continuarem a implementar o Programa, no qual era essencial para esse papel a identificação de especialistas capazes de contribuir para vários projetos e atividades de implementação do Grupo e finalmente incrementar o intercâmbio dos Programas. Estas iniciativas eram consideradas significativamente importantes para a cooperação e a interoperabilidade das Forças Armadas, bem como para o apoio ao efetivo desenvolvimento de uma PCSD²²⁰.

Um dos assuntos mais discutidos no âmbito das matérias de segurança e defesa da UE é a das capacidades militares e o grau de interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros. Normalmente, o acento tónico é colocado nos meios materiais, sobretudo nos fracos recursos materiais, tendo vindo a ganhar algum destaque e uma janela de oportunidade na discussão os meios humanos, dado que a temática da capacidade e interoperabilidade é um assunto também que contempla a vertente humana. Assim, a área da

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Ibidem, pp. 1-2.

formação, é um elemento crucial da capacidade, interação e da interoperabilidade²²¹.

A implementação a nível nacional é primariamente responsabilidade dos institutos que ministram educação e treino iniciais aos oficiais. O princípio do reconhecimento mútuo foi superiormente sancionado. No entanto, os institutos podem (não) ser seletivos ao reconhecer as experiências de mobilidade, embora, no passado, as autoridades impusessem trocas e condições por razões políticas. Por outro lado, quem controla as academias, formal e informalmente, são os Ministérios da Defesa, tendo estes um papel preponderante nessa iniciativa, quer ao nível do apoio e incremento político, quer da disponibilização de recursos financeiros. Conquanto, cabe também às academias procurar criar uma área do ensino superior militar e integrá-lo no espaço europeu do ensino superior²²², sendo a vertente de internacionalização, onde se insere o Erasmus, uma componente importante dessa inserção e acreditação. Assistimos assim ao processo de europeização, nas dimensões de *bottom-up* e *cross-loading*.

Em novembro de 2009, a Presidência sueca, organizou em Estocolmo um seminário especial dedicado à implementação da iniciativa, na qual destacava também no relatório cinco projetos iniciais: (1) a implementação de formação comum de um módulo PCSD²²³; (2) e

²²¹ PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, p. 261; SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *European Security...*, *op. cit.*, pp. 43-44; DUBOIS, Dirk – Foreword. In PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, p. 5.

²²² PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, pp. 17-18.

²²³ SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *A Small Step...*, *op. cit.*, p. 264: no início de junho, o seminário piloto “Train-the-trainers” foi organizado e realizado em Bruxelas, na Academia Militar Real da Bélgica, sob a égide do CESD, como a primeira materialização visível dos objetivos definidos para o subgrupo de trabalho. Em setembro de 2009, o Ministério da Defesa Nacional, organizou através das três academias militares, um módulo comum sobre a PCSD, em Lisboa, com a participação de trinta e nove cadetes de dezoito Estados-membros. Em março de 2010, a Presidência Espanhola do Conselho, assume como prioridade da Presidência para a PESD, a organização durante três semanas módulos PCSD nas três academias, com a participação de 88 alunos

(3) fornecer a senha de acesso à internet para dados relativos a ações detalhadas no currículo do instituto nacional de formação; (4) acordo quadro de cobertura dos aspetos legais e administrativos dos intercâmbios; (5) desenvolvimento de outros módulos comuns de formação²²⁴.

Também a Áustria e a Suécia procuram desenvolver e liderar um sistema de reconhecimento de competências e elementos de apoio às atividades de formação. Foram ainda desenvolvidas outras medidas de encorajamento²²⁵. Um aspeto interessante a destacar é o facto de estes países não terem uma participação ativa em matérias de segurança e defesa, dado o seu estatuto de neutralidade. Mas no âmbito deste Programa procuram desenvolver várias ações e liderar alguns projetos, podendo estar assim perante um eventual efeito *spillover* neste domínio.

A nível individual, entre os objetivos assumidos, estava a aquisição de novos conhecimentos, tanto teóricos como práticos, que contribuiriam para o desenvolvimento profissional e de uma «mente aberta» dos futuros oficiais. Os intercâmbios tinham como objetivo promover um conjunto de *skills*, competências interpessoais e interculturais, que vêm com a experiência de um ambiente de aprendizagem e de vida diferente – a capacidade de comunicar, usar línguas estrangeiras, adquirir autonomia na aprendizagem. Por outro lado, o trabalho dos cientistas, académicos e professores também beneficiaria da interação de novas formas de pensar e fazer²²⁶.

A nível político, esperava-se atingir objetivos indiretos para os Estados-membros e a UE, dado que podia ser aproveitado o conhecimento de especialistas, tanto da PCSD como de contextos multilaterais.

de 14 Estados-membros. Em outubro e novembro de 2010, realizaram-se outros módulos na Áustria e na Grécia.

²²⁴ ASTON, Catherine, *op. cit.*, annex.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 11.

Levariam também as Forças Armadas dos Estados-membros a serem mais aptas a trabalhar em ambiente multilateral, com parceiros e aliados. Seria uma primeira interação de líderes militares, além de ficarem a conhecer a realidade e desafios da PCSD. Nessa medida, a troca de conhecimentos, *skills* e competências eram encarados como elementos-chave para a preparação de Forças Armadas para uma segurança moderna; bem como um contributo para o surgimento de uma cultura europeia comum no domínio da segurança e defesa, promovendo a consciencialização de uma identidade e objetivos comuns compartilhados²²⁷.

A nível da UE, no futuro estes oficiais irão ocupar posições chave trazendo a longo prazo benefícios para a PCSD e a UE. A nível mais académico, a Declaração recomendava o desenvolvimento de módulos de treino sobre a PCSD e questões relacionadas com a segurança internacional. Este Programa também exige o desenvolvimento de sistemas de transferência de créditos (ECTS), na linha do que é efetuado nas universidades e mecanismos para estimular os intercâmbios de treino de natureza (vocacional) militar²²⁸.

Por sua vez, do ponto vista nacional, dado que parte (a maioria) das academias militares são submetidas a processos de avaliação e acreditação, ao nível do ensino superior, a mobilidade, intercâmbio dos seus alunos e professores é uma condição essencial e valorativa nessa avaliação e acreditação, o que obrigatoriamente, levará a um maior incremento da internacionalização dos respetivos cursos e do Erasmus militar. Estamos perante o efeito *spillover*²²⁹ e o processo de europeização na sua dimensão *bottom-up*.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Idem, pp. 11-12.

²²⁹ Um conceito que deriva da corrente neofuncionalista, que significa «expansão automática», arrastando progressivamente as diferentes áreas para um nível superior de integração, o supranacional.

Em suma, as vantagens deste Programa configuram-se evidentes para os Estados e a UE, dado que permite a «interoperabilidade humana» e assim o incremento das capacidades. Para as instituições de ensino superior militar é uma oportunidade de mostrar a excelência do seu ensino e de ter visibilidade na área do ensino superior militar europeu²³⁰.

Segundo Weisserth muitos Estados-membros aderiram plenamente a este Programa e ao «valor acrescentado» da iniciativa, embora haja necessidade de se envolverem mais ativamente para que possam retirar benefícios. A iniciativa continua a ser um projeto de longo prazo que exige esforços contínuos, idealmente por todos os Estados-membros²³¹.

O Tratado da UE, nos artigos 42.º a 45.º, prevê para a PCSD, que esta inclua o enquadramento progressivo de uma política comum de defesa da União, que possa conduzir a uma defesa europeia comum e ao desenvolvimento de capacidades nesta área²³². Porém, a atual cooperação estruturada permanente (PESCO) aborda o desenvolvimento de capacidades e da interoperabilidade²³³, mas sem referência a um elemento essencial para esse objetivo e com efeito no longo prazo – o intercâmbio no âmbito da educação de jovens oficiais entre os Estados-membros.

A segurança e defesa da UE releva que cada vez mais esta seja feita no quadro da cooperação e coordenação internacional, e menos limitada às fronteiras dos próprios Estados. A eficácia da segurança europeia depende da capacidade das futuras elites militares para

²³⁰ SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – *European Security...*, *op. cit.*, p. 46.

²³¹ WEISSERTH, Hans-Bernhard – Foreword. In PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 4.

²³² Ibidem.

²³³ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Decision establishing Permanent Structured Cooperation (PESCO) and determining the list of Participating Member States*. Brussels: Council of the European Union, n.º 14866 (2017).

entender e abordar desafios comuns, melhorar a interoperabilidade das respostas nacionais a ameaças potenciais e coordenar instrumentos militares com os civis. Multilateralismo é uma necessidade e um desafio para a segurança moderna, a PCSD é uma das ferramentas disponíveis e o Erasmus militar um instrumento que pode contribuir para esse desiderato²³⁴.

Neste processo, a PCSD mostrou-se um instrumento valioso na criação de condições propícias para o agrupamento e a troca de *know-how* europeu e para dar uma reputação à formação militar de excelência. Isso foi feito enquanto preservava a autonomia dos Estados-membros e as suas tradições individuais de formação militar e treino²³⁵.

A maioria das instituições de ensino superior militar, a fim de obterem «visibilidade» no mercado europeu de educação, também optaram por participar nos procedimentos do Programa de intercâmbio Erasmus da União com os seus homólogos civis. No entanto, foi observado, antes da iniciativa, que as instituições sentiam que era difícil usar o Programa e que na prática nunca foi usado para trocas entre instituições militares²³⁶. Por outro lado, iniciativas de intercâmbio (bilateral) entre academias já existiam²³⁷, antes desta iniciativa,

²³⁴ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*, June 2016. [Acedido a 03 de mar. 2018]. Disponível em: http://europa.eu/global-strategy/sites/globalstrategy/files/pages/files/eugs_review_web_11.pdf. PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, p. 6.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ GENERAL SECRETARIAT OF THE COUNCIL – *Stocktaking of existing exchanges and exchange programmes of national military officers during their initial education and training*. Brussels: General Secretariat of the Council, 3 July 2008. PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers...*, *op. cit.*, p. 9.

²³⁷ No caso da Academia Militar, desde 2005, que vinha a implementar medidas de cooperação internacional: investigações desenvolvidas pelos alunos na Alemanha, Bélgica, Espanha e França; programas de intercâmbio cultural com Academias Militares estrangeiras da Bélgica, Alemanha, Brasil, Espanha, EUA, França, Itália, Reino Unido e Holanda; alunos da CPLP a frequentarem os cursos na Academia Militar. Informação disponível em: <http://academiamilitar.pt/internacional-erasmus.html> [Acedido a 22 de mar. 2018].

quer através de cadetes quer de encontro de comandantes das academias, ações que ainda continuam a prevalecer²³⁸.

Por outro lado, a maioria dos intercâmbios antes de 2008 não envolviam qualquer troca adequada de conhecimento e *know-how*, de facto, foram limitados a visitas de cortesia de comandantes, funcionários ou estudantes. Desta forma, a maioria dos eventos de mobilidade não diziam respeito à formação académica e profissional devido às diferenças percebidas entre as culturas de formação e à falta de medidas de harmonização europeias, como o Processo de Bolonha, nesta área. Assim, foi assumido que a mobilidade poderia ser aumentada, através do desenvolvimento de intercâmbios na formação profissional e da transformação de todas as trocas em intercâmbio reais de conhecimentos, *skills* e competências²³⁹.

Uma vez que esses fóruns não se reuniam numa configuração puramente da UE e com o não envolvimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em ações coordenadas neste campo, levou a uma perda de importância por parte dos Estados. Por sua vez, esta também não procurou criar uma iniciativa deste género, embora permaneça um objetivo necessário e desejado²⁴⁰. Não podemos esquecer que uma iniciativa anterior ao Erasmus militar já procurou criar uma identidade europeia de segurança e defesa, e envolvia também a OTAN²⁴¹.

Os Estados-membros também não tinham confiança na formação feita noutros Estados, quer por ser uma matéria tradicionalmente associada à soberania, ao tipo e enquadramento de Estado, quer pelo

²³⁸ PAILE, Sylvain – *European education ...*, *op. cit.*, p. 9.

²³⁹ *Idem*, p. 10.

²⁴⁰ *Idem*, p. 9.

²⁴¹ As questões da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) não são novas. Pelo contrário, ficou acordado o seu desenvolvimento em 1996, na reunião da OTAN, em Berlim. Veja-se a título de exemplo: EURODEFENSE PORTUGAL – *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa*. [Acedido a 10 de mar. 2018]. Disponível em: http://eurodefense.pt/cadernos/Caderno_1-Portugal_e_a_IESD.pdf. FERREIRA-PEREIRA, Laura – Segurança e Defesa na União Europeia: A Perspetiva Portuguesa em Análise. *Negócios Estrangeiros*, n.º 11.1 (2007), pp. 161-192.

facto de nem sempre haver reciprocidade e confiança educativa. Qualquer educação ou formação no exterior foi feita principalmente como um aditamento e não uma alternativa à formação nacional. O reconhecimento mútuo da educação e treino realizado no exterior permaneceu problemático. Nessa linha, era comum considerar a educação militar como uma área de ensino superior em que as tradições e Programas nacionais eram assuntos de soberania e tinham precedência. A iniciativa teve como objetivo privilegiar esse conhecimento, com o desiderato de compartilhá-lo com mais facilidade²⁴².

Para ser passível de se realizar, esta iniciativa foi baseada no pressuposto de que apenas reconhecendo outras formas de educação e treino se pode obter resultados de aprendizagem. Por outro lado, apenas introduzindo flexibilidade na forma como esses resultados são alcançados – na linha do ensino superior civil – podem instituições de formação de oficiais criar uma área de ensino superior militar. As culturas e tradições nacionais serão preservados, mas para alcançar os resultados esperados, os currículos precisam ser claramente definidos²⁴³.

Todavia, esta iniciativa é possível dado o desenvolvimento e o grau de integração que o processo de construção europeia conduziu. Mas como estamos em áreas sensíveis e, por vezes, a olhar para o presente, com um quadro mental e analítico passado, o desenvolvimento destas iniciativas é feito de forma lenta; contudo, por um lado, tornam-se fundamentais para romper com essas mesmas correntes de pensamento.

Os oficiais europeus devem possuir uma educação também reconhecida pela sociedade civil, especialmente se se juntarem ao mercado de trabalho civil, numa etapa posterior da sua carreira. Desta forma, o Erasmus militar incentiva a mobilidade e uma forma de

²⁴² PAILE, Sylvain – *European education ...*, *op. cit.*, p. 10.

²⁴³ *Idem*, p. 22.

integração europeia dos currículos militares a todos os níveis, além dos limites da formação básica. Incentivou iniciativas de educação e formação similares para oficiais de polícia de gestão de fronteiras e de polícia judicial²⁴⁴. Embora os contornos e desenvolvimentos não sejam concretos²⁴⁵, com exceção de algumas formações no âmbito das diferentes agências da UE, mas estas destinadas a oficiais das Forças e Serviços de Segurança e não numa base primariamente universitária. Ou seja, existem Programas de mobilidade no domínio policial, inspirado no Erasmus, mas diferencia-se substancialmente do Erasmus militar, quanto à natureza dos participantes, das instituições de mobilidade e do grau de aprofundamento e desenvolvimento.

Mobilidades Internacionais

Erasmus militar

A presente análise inicia-se no ano 2009, quando começaram as primeiras atividades do Erasmus militar, até à atualidade. Procuramos analisar as mobilidades académicas em três variantes – Erasmus militar, Erasmus+ e cooperação bilateral – de alunos e professores dos cursos destinados à formação de oficiais²⁴⁶.

²⁴⁴ Idem, p. 22. Existiu um incentivo para este programa do Parlamento Europeu à Comissão. [Acedido a 24 de abr. 2018]. Disponível em: <http://www.welcomeurope.com/news-europe/erasmus-exchanges-police-officers-6602+6502.html#replierTexte>.

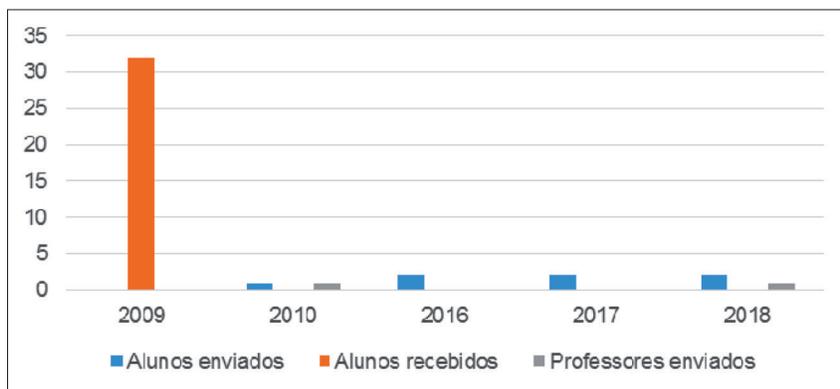
²⁴⁵ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION –, *Draft conclusions on the Erasmus-style exchange programme for law enforcement officers*. Document 5025/1/10 rev.1. Brussels: Council of the European Union, 9 February 2010. CEPOL – *User Guide for Participations of the European Police Exchange Programme inspired in Erasmus*. User Guide, UG.EXPR.001-5, 2015. [Acedido a 23 de abr. 2018]. Disponível em: <file:///G:/travel-services-epep-user-guide.pdf>. Todos os anos este relatório é atualizado.

²⁴⁶ Os dados foram trabalhados pelo autor com base nos registos existentes na AM, no site (<http://www.emilyo.eu>) e em diversos relatórios. Delimitamos a análise às mobilidades internacionais da AM, dado ser as mais expressivas no âmbito do ensino superior militar e policial. A maior dificuldade na compilação dos dados é devido aos

A participação no Erasmus militar de Portugal é profundamente reduzida, uma vez que apenas enviou, em 2010, um aluno (da GNR) à Grécia, para participar no módulo PESD, e um professor (o então responsável pelo Programa) a Espanha para frequentar um módulo *Train-the-Trainer*, e à Hungria (o atual responsável pelo Programa) para participar no *International Military Academic Forum*. Entre 2016 e 2018, Portugal tem enviado dois alunos/ano dos cursos do Exército, para participar num seminário temático, quatro para França, e um para a Roménia e a Bulgária.

Portugal organizou também o primeiro módulo PESD, no âmbito do Erasmus militar, no qual participaram 18 Estados-membros, sendo sete alunos de Portugal e 32 dos restantes Estados-membros. Este evento, dos 39 participantes, integrava duas alunas, da Eslovénia e da Roménia²⁴⁷.

GRÁFICO 1: Erasmus militar



múltiplos e dispersos registos, segundo critérios diferenciados. Esta limitação pode implicar que algumas mobilidades, ainda que reduzidas, não sejam contempladas. Finalizamos a compilação dos dados a 24 de abril de 2018.

²⁴⁷ O MDN suportou as despesas totais do evento, com exceção das viagens dos alunos estrangeiros, as quais representaram uma despesa total de cerca de 16.000 €. Ver SILVA, Pedro Ferreira da – *Relatório do Seminário Política Europeia de Segurança e Defesa*. Lisboa: Academia Militar, 18 de setembro 2009, p. 3. SILVA, Ferreira da Silva da, *op. cit.*, pp. 5-6.

Dos países que recebemos e/ou não têm sido ativos neste Programa, evidencia-se a participação reduzida de França, a ausência do Reino Unido, uma participação significativa regional dos Estados da Europa Central e de Leste e de alguns países com o estatuto de neutralidade (Áustria, Finlândia).

GRÁFICO 2: País de envio

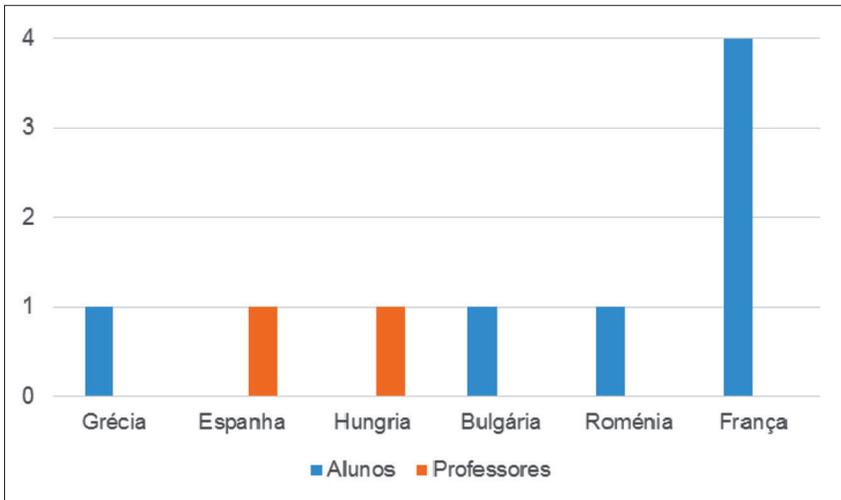
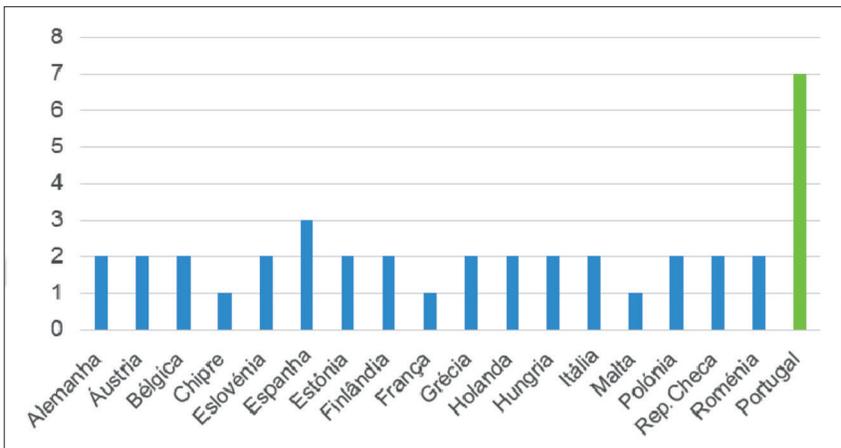
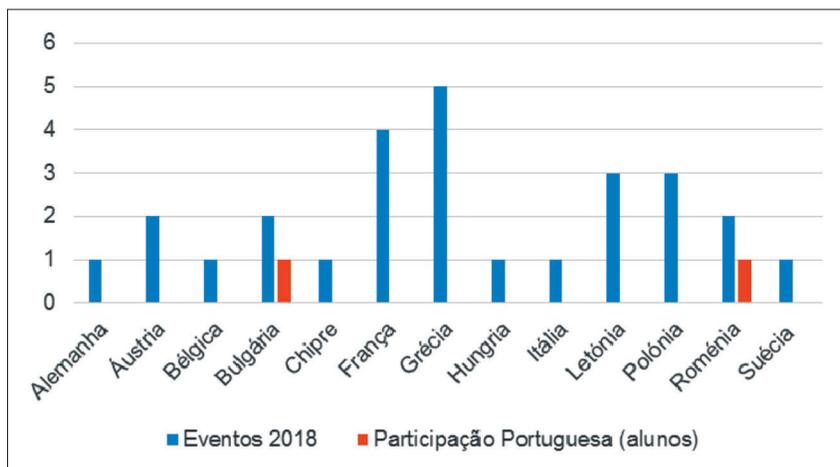


GRÁFICO 3: País de origem



No ano de 2018, a Grécia é o Estado com maior número de eventos programados, seguido da França, Letónia e Polónia. Em termos de agrupamentos regionais destacam-se os países da Europa de Leste.

GRÁFICO 4: Eventos Erasmus militar 2018



Erasmus+

No âmbito do Erasmus+, as mobilidades são muito reduzidas, curtas e recentes. O único aluno que participou neste Programa não frequenta os ciclos de estudos para o acesso à carreira de oficial. Quanto aos professores, neste biénio (2017-2018), apenas sete professores da AM integram este quadro de mobilidade, quatro deles professores militares, um docente na área da tática, outro da liderança e dois de motricidade humana, com duração de cerca de três ou quatro dias, o primeiro no Reino Unido, os restantes na Polónia e Bulgária. Quanto aos docentes civis são todas professoras de inglês, uma das docentes (coordenadora Erasmus+) foi ao Reino Unido e as restantes para a Roménia.

Neste Programa, a participação de elementos do género feminino é superior. Quanto ao grau académico dos participantes, três são doutorados e quatro são licenciados ou mestres.

GRÁFICO 5: Mobilidades por categoria enviadas

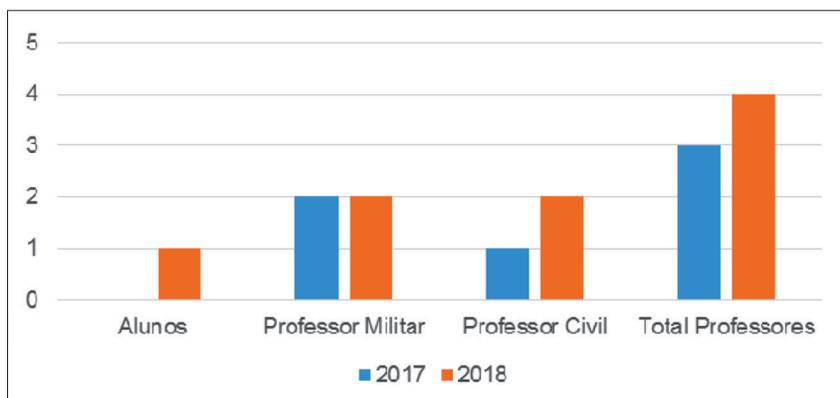
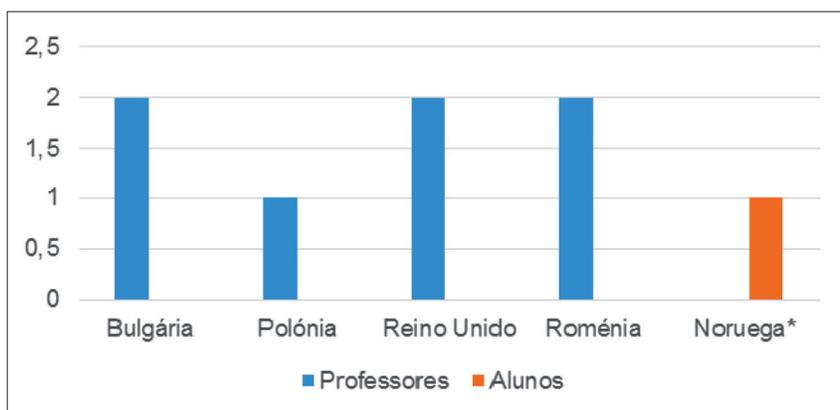


GRÁFICO 6: País de origem



* Aluno do mestrado em liderança.

Em relação às receções, a AM recebeu sete alunos e 14 professores, dois em 2017 e 11 em 2018. Os países de origem destes professores são sobretudo a Polónia (10), seguida da Roménia (três) e Bulgária

(um). Existe um predomínio das docentes de inglês, sobre as restantes áreas científicas de formação, seguido por docentes responsáveis por Programas Erasmus desses países.

Os alunos que frequentam a AM ao abrigo deste Programa são da Polónia (quatro) e da Roménia (três).

Nas mobilidades, de professores enviados e recebidos, existem em comum os pontos seguintes: reciprocidade parcial dos Estados envolvidos, predomínio dos professores de inglês, participação maioritária do género feminino (Portugal recebeu oito, enviou três).

GRÁFICO 7: Mobilidades por categoria recebidas

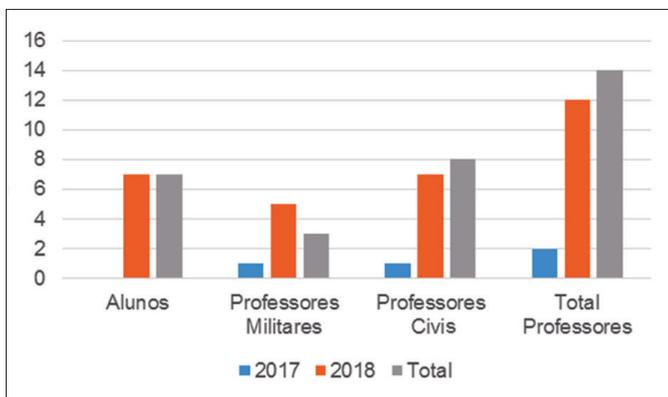


GRÁFICO 8: País de origem

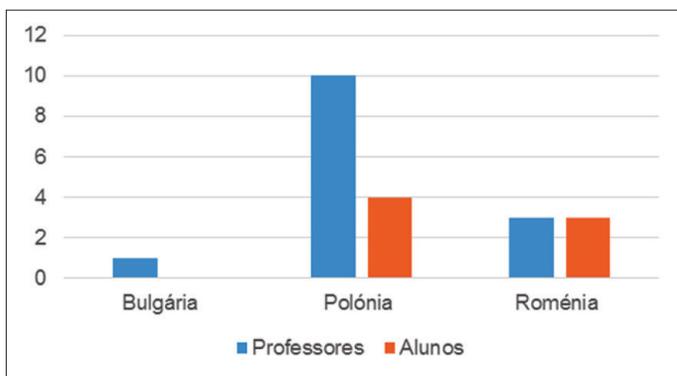
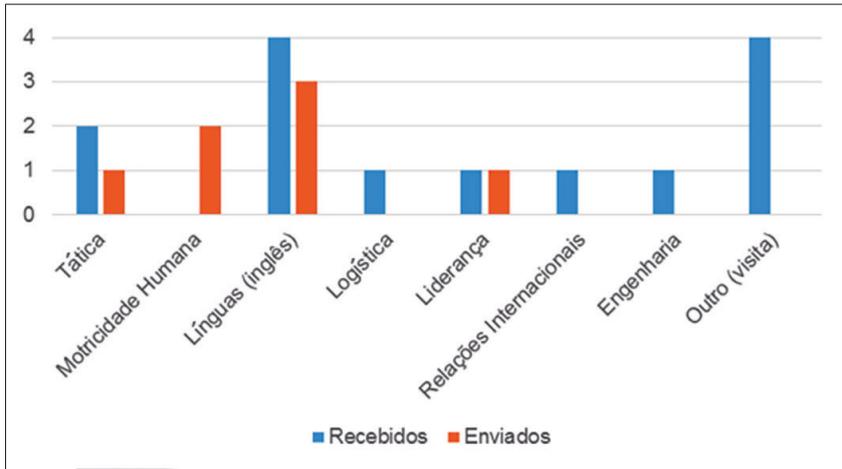


GRÁFICO 9: Áreas científicas – Professores recebidos

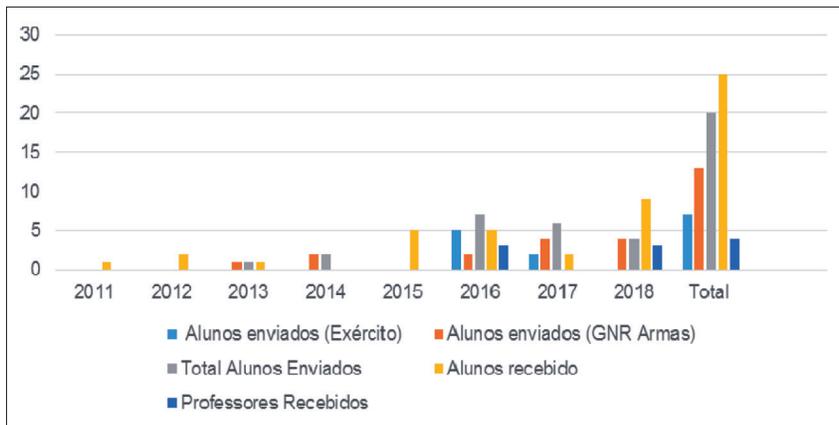


Cooperação bilateral

No âmbito da cooperação bilateral, verificamos algumas oscilações das mobilidades de alunos dos cursos do Exército e professores, quando enviamos para o exterior e, quando recebemos, uma certa estabilidade com tendência crescente. No que concerne aos alunos do curso de GNR Armas verificamos que iniciou as mobilidades primeiramente e aumentou-as de forma gradual, com exceção do ano de 2015.

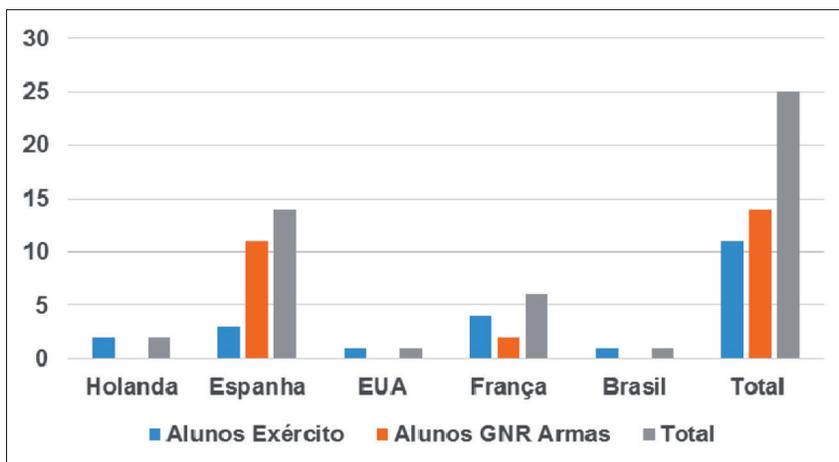
Os alunos dos cursos do Exército deslocam-se sobretudo para França, depois para Espanha, Holanda, Brasil e EUA. Já os alunos dos cursos da GNR vão maioritariamente para Espanha e depois para França.

GRÁFICO 10: Mobilidades por categoria – Cooperação bilateral



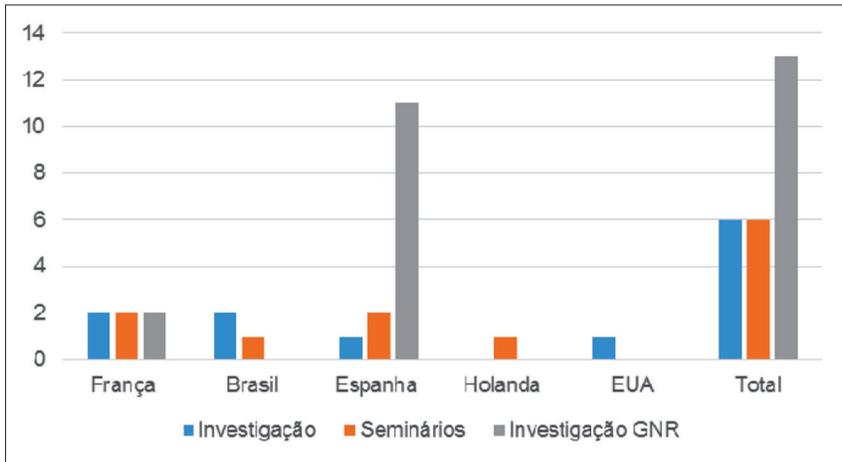
A AM recebe sobretudo alunos de França (*Armée de Terre*), depois da Polónia, Espanha, seguido de Roménia e EUA. Os intercâmbios neste âmbito são na sua larga maioria efetuados por elementos do género masculino.

GRÁFICO 11: País de origem



Os alunos do Exército quando vão a outros países realizam sobretudo investigação (duas a quatro semanas) ou participam em seminários (média de uma semana). As deslocações ao estrangeiro dos alunos da GNR foram todas para investigação (em geral dez dias).

GRÁFICO 12: Tipo de atividade – alunos enviados/país



Os alunos estrangeiros, quando procuram a AM, vêm sobretudo realizar investigação e frequentar cursos de língua portuguesa (alunos franceses) ou um semestre, no caso dos alunos dos EUA; para participar noutro tipo de eventos (ex. seminários), destacam-se os alunos oriundos de Espanha.

GRÁFICO 13: Países recebidos

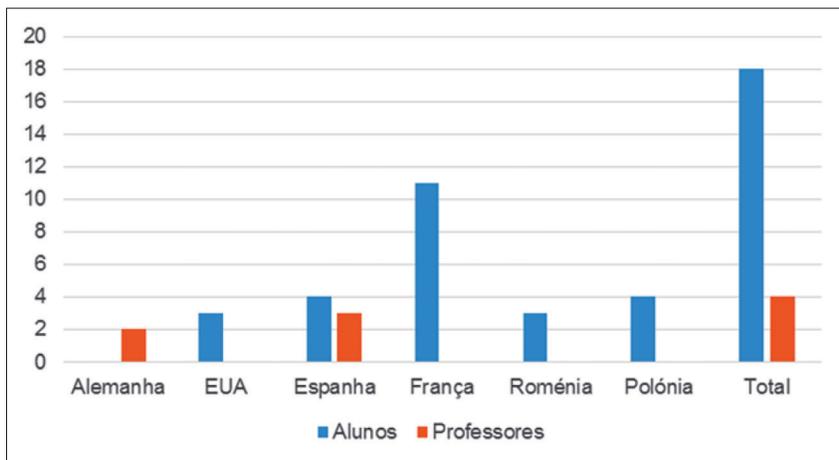
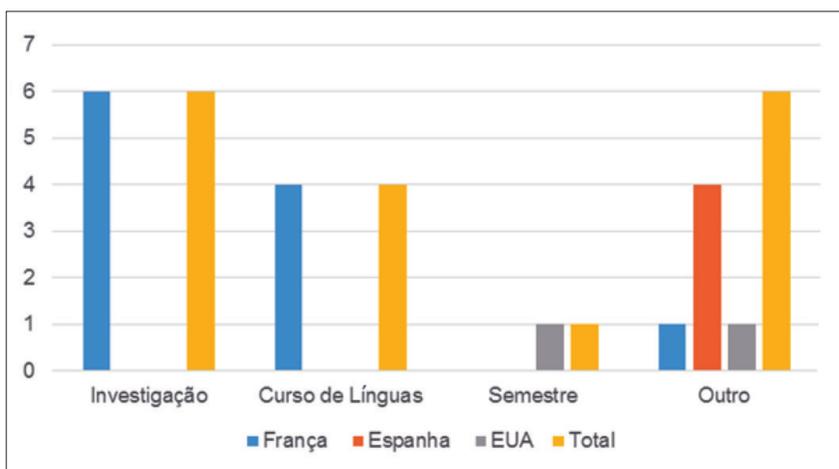


GRÁFICO 14: Tipos de atividade – alunos recebidos/país



Em síntese, não é possível encontrar uma matriz clara entre as diferentes mobilidades, nomeadamente quanto aos Estados prioritários e à natureza da mobilidade. De qualquer forma o volume de mobilidade é diminuto, sem se perceber com clareza os objetivos e os resultados dessas mobilidades, e a sua ligação às áreas fundamentais dos ciclos de estudos.

Assim, com exceção dos alunos da GNR, que apenas têm intercâmbio parcial²⁴⁸ com França e Espanha, parte substancial da globalidade das mobilidades recentes é feita com países que constituem a «UE 13» (Polónia, Bulgária e Roménia) e não com a «UE 15»²⁴⁹, países que têm pouco investimento em investigação e desenvolvimento, poucas sinergias entre os sistemas nacionais de investigação e as evoluções à escala europeia, e contactos reduzidos com investigadores europeus. Por outro lado, apresentam níveis de menor convergência europeia em relação ao respeito pelos princípios, valores e o *acquis* da UE. Assim se compreende que os elementos destes países procurem intercâmbios, como forma de entrar no «clube»²⁵⁰.

Análise e discussão

Como realçamos anteriormente, estamos perante dois Programas Erasmus+ e o Erasmus militar, com pontos comuns, mas com aspetos

²⁴⁸ Portugal (AM), neste tipo de intercâmbio, não recebeu alunos oriundos das congéneres da GNR.

²⁴⁹ Consiste numa classificação feita pela Comissão Europeia, entre uma «UE 13» composta por Chipre, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, República Checa, Polónia, Bulgária, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Croácia, e uma «UE 15» composta pelos restantes Estados-membros. CHAUDHURI, Basudeb – L'evaluation à mi-pacours du programme européen pour la recherche Horizon 2020: la difficile conciliation entre l'excellence et l'intégration des territoires universitaires. *Hérodote - Revue de géographie et géopolitique*, n. ° 168 (2018), p. 128.

²⁵⁰ Idem, pp. 128-129.

distintos, acerca dos quais procuramos elencar traços caracterizadores e distintivos.

Os estudantes de Erasmus procuram enriquecer o seu currículo e competências, seja pela via meramente académica, seja pelo conhecimento de outras culturas, línguas, experiências, para um acesso mais fácil e diversificado ao mercado de trabalho global. O Erasmus militar procura primariamente a troca de experiências e contribuir para a interoperabilidade das FA, através da troca de experiências e conhecimentos de parte das suas elites.

Assim, enquanto no primeiro os alunos procuram ter um maior *background* para melhor acederem ou se integrarem no mercado de trabalho, os segundos já têm o acesso ao mercado de trabalho garantido, sendo o intercâmbio internacional uma possível mais-valia futura, numa determinada área também ela específica, dado que o intercâmbio militar possui uma natureza limitada e segmentada – quanto aos locais possíveis de intercâmbio, à preparação de base dos alunos²⁵¹, à sua duração e respetivas condições, quer quanto aos conteúdos concretos científicos dessa formação.

No âmbito do Erasmus militar, entre várias dificuldades, existem razões exógenas que o limitam, dado que nem todas as academias militares são reconhecidas como estabelecimentos de Ensino Superior; bem como possuem uma autonomia mais limitada do que uma Faculdade/Universidade civil, em virtude das suas múltiplas dependências orgânicas. Também existem razões endógenas, visto que, por vezes, os seus calendários e modelos de formação são díspares, o que condiciona o dinamismo dos intercâmbios. Além do facto de ter um número de alunos reduzido, no global e por curso, comparativamente a uma Faculdade/Universidade, o que restringe a mobilidade.

²⁵¹ Note-se que nem todos os alunos das academias militares têm uma preparação/formação de base adequada para poder frequentar módulos e formações no âmbito da PCSD, uma vez que as Unidades Curriculares no domínio das Relações Internacionais e Direito da UE não são ministradas a todos os cursos nestes estabelecimentos de ensino.

No Erasmus já é possível aferir o seu impacto²⁵², efeitos e as vantagens deste Programa, por exemplo, através dos estudos de Emmanuel Sigalas, Theresa Kuhn, Kristine Mitchel, D. Mazzoni, et al. Por sua vez, no Erasmus militar, uma vez que tem um ritmo sincopado, o seu funcionamento é ainda curto no tempo e limitado no seu âmbito, conteúdo, operacionalização e nos Estados (ativamente) participantes, não é possível balizar e aferir de forma tangível o seu impacto e eventuais vantagens.

No Erasmus o aluno tem um leque de opções mais vasto, no Erasmus militar está limitado à PCSD da UE ou a matérias conexas. Estas caracterizam-se por serem de curta duração e sem a participação de um vasto conjunto de Estados²⁵³. Por outro lado, nas matérias de segurança e defesa, os Estados-membros continuam a privilegiar a OTAN, dificultando e/ou limitando também a criação de uma identidade e cultura europeia de segurança e defesa.

O Erasmus militar está sob a «tutela» da PCSD, ou seja, as ações de intercâmbio ainda se limitam ou restringem muito à frequência de cursos, módulos e seminários sobre a PCSD ou matérias conexas, a decorrer numa academia militar de um dos Estados-membros organizador. Por sua vez, não é clara a importância que os Estados facultam a esta política e Programa, nem quais os Estados, sobretudo os grandes da UE, que estão empenhados em desenvolver estas matérias, quer na participação na PCSD, quer no Erasmus militar por consequência²⁵⁴.

²⁵² Veja-se também EUROPEAN COMMISSION – *The Erasmus Impact Study...*, *op. cit.*

²⁵³ Veja-se o site oficial do Erasmus militar. [Acedido a 10 de mar. 2018]. Disponível em: <http://www.emilyo.eu/node/878>.

²⁵⁴ Através da consulta do número de iniciativas e participações diferenciadas, não é possível encontrar uma continuidade e coerência nas políticas seguidas para este Programa, pelos diferentes países. Veja-se EMILYO – *Mobility Offers and Multiplier Events 2018*. [Acedido a 05 de abr. 2018]. Disponível em: <http://www.emilyo.eu/node/878>.

Outra das condicionalidades prende-se com as dependências, ou seja, o Erasmus está sob a alçada do(s) ministério(s) com a tutela do ensino superior e/ou educação, enquanto o Erasmus militar é tutelado pelos Ministérios da Defesa Nacional, órgão não vocacionado primariamente para o ensino superior e a educação. Contudo, enquanto este Programa não aumentar as suas ligações ao ensino superior e a centros de investigação, continuará a ter essa limitação e enquadramento (nacional e europeu).

Quanto à génese, a criação do Erasmus parte de uma iniciativa da Comissão Europeia, tendo esta assumido um papel central no seu desenvolvimento; enquanto o Erasmus militar é uma iniciativa da(s) Presidência(s) e desenvolvida pelos MDN. Todavia, com as alterações no funcionamento das Presidências decorrentes do Tratado de Lisboa, os Estados deixaram de exercer a Presidência semestral no domínio da segurança e defesa, passando esta a ser exercida em permanência pela Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o que conduziu a uma perda de influência dos Estados no processo de *agenda-setting*, levando a uma diminuição do ritmo de desenvolvimento do Erasmus militar, agravado também pela crise económico-financeira que afetou a União e a diminuição de apoios financeiros dos Estados necessários ao desenvolvimento das atividades do Erasmus militar²⁵⁵.

A própria informação disponibilizada no *site* é reveladora dos diferentes ritmos e impulsos do Erasmus militar. Um Programa que arranca de forma célere de 2008 a 2010, que estagna entre 2010-2015/2016, e começa após esse período a retomar um novo ritmo. As razões deste retorno podem ser várias, mas algumas delas são

²⁵⁵ Em Portugal no período da crise houve um aumento da mobilidade (especialmente saídas), inclusive foi dos países da UE com maiores taxas de crescimentos. HAARISTO, Hanna-Stella, PRAXIS, ORR, Dominic and DZHW – *Evaluation Student and Staff Mobility in Time of Crisis 2008-2013*. Bonn: German Academic Exchange Service, 2014, pp. 18-20 e 82-87.

impulsionadas pela implementação da Estratégia Global da UE 2016²⁵⁶, a qual prevê um maior intercâmbio, e um envolvimento das agências da UE e dos Estados-membros na PCSD. Por outro lado, assistimos a uma adaptação e normalização institucional da UE, ao funcionamento dos diferentes atores da União à luz do Tratado de Lisboa. Este novo período também corresponde a uma retoma e crescimento económico da UE e dos seus Estados-membros. As crises financeiras e os respetivos Programas de ajustamento financeiro contribuíram para estagnar o Programa. Um conjunto de acontecimentos do ponto de vista de segurança externa (ex. Primavera Árabe, Guerra na Síria) e interna (ex. ataques terroristas) contribuíram para dar um novo impulso às matérias de segurança e defesa, e por inerência e necessidade, ao Erasmus militar.

Os Programas internacionais de mobilidade estudantil têm sido usados há muito tempo como instrumentos de política externa pelos governos nacionais²⁵⁷, sendo mais recentemente usados pela UE, dado que o reforço da sua posição passa também pela ciência²⁵⁸ e o Erasmus militar é um vetor importante nesse fortalecimento, nomeadamente na vertente externa e de segurança. O problema não é o desiderato do Programa, mas a operacionalização do mesmo e a conexão entre objetivos-meios-fins e a sua integração adequada no espaço de ensino superior nacional e europeu.

Contrariamente à globalidade dos estudos, Emmanuel Sigalas revelou que o Erasmus não fortalecia a identidade europeia dos

²⁵⁶ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Shared Vision...*, *op. cit.*, p. 25: esta prevê que as ligações da sociedade serão também reforçadas através de uma maior mobilidade, intercâmbios educacionais, cooperação em pesquisa e plataformas da sociedade civil.

²⁵⁷ MERRITT, 1972. Apud SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, p. 261.

²⁵⁸ EUROPEAN COMMISSION – *Open Innovation, Open Science, Open to the World – a vision for Europe*. Brussels: European Commission, 2016. LÓPEZ, Alea de, ROMÁN, San and SCHUNZ, Simon – Understanding European Union Science Diplomacy. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 56, n.º 2 (2018), pp. 247-266.

estudantes. Pelo contrário, em alguns casos tinha o efeito contrário. Mesmo assim, demonstrou que o aumento da socialização com os europeus era positiva, mas tinha um impacto modesto na identidade europeia. Considerou também o autor que o Erasmus leva a um maior conjunto de interações, mas não leva a uma maior identidade, pelo contrário²⁵⁹. Nessa medida, importa repensar o modelo e operacionalização do Erasmus militar e do Erasmus+ e se os seus efeitos serão os previamente previstos, uma vez que, no âmbito do primeiro, a consequência do mesmo é limitada, no tocante ao fortalecimento da identidade europeia.

Conclusões

Um dos grandes objetivos que o Programa Erasmus visava era o de potenciar a empregabilidade. Neste campo, no âmbito da vertente de segurança e defesa, um dos seus objetivos prioritários, mais imediatos e concretos, não tem aplicação direta, dado que os alunos das academias militares, após a conclusão dos respetivos cursos entram no quadro permanente das FA ou Forças de Segurança.

Como sublinharam Alice Cunha e Yvette Santos, «o Programa é um importante instrumento de europeização e de internacionalização dos estudantes e das universidades portuguesas e europeias, e parte do êxito do Programa também passa pelo aumento do número de universidades e de outras instituições de ensino superior que aderiram ao mesmo»²⁶⁰.

Este preceito carece de ser aplicado e ampliado aos Programas Erasmus desenvolvidos pelas instituições de ensino superior militar, para que estes possam ter alguma eficácia. Isto é, restringindo o

²⁵⁹ SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.*, pp. 242-243.

²⁶⁰ CUNHA, Alice e SANTOS, Yvette, *op. cit.*, p. 112.

Programa a uma troca pontual de alunos e a um intercâmbio esporádico de docentes em regime de palestra e visita dificilmente contribuirá para os propósitos dos respetivos Programas. Acresce o facto de no caso dos docentes, por vezes, ou mesmo na maioria das situações, estes serem professores (militares) em fase «final» ou «adiantada» da carreira ou com idade superior a 50 anos, e em alguns casos sem ligação direta às matérias de segurança e defesa (militares), o que contradiz o espírito, os objetivos, o alcance e os resultados do Erasmus (militar), como já vários estudos comprovaram²⁶¹.

Na mesma linha, «quem beneficia do ERASMUS ganha naturalmente competências. Desde logo, melhora a sua capacidade de comunicar com os povos de outras culturas e de aceitar e respeitar as suas diferenças e, no campo mais tangível, aperfeiçoa o conhecimento de outras línguas, conhece outras realidades de trabalho e ganha mais competências profissionais»²⁶². Estas competências surgem como consequência do Erasmus, os quais podem igualmente ser extensíveis ao Erasmus militar, desde que se cumpram os preceitos essenciais que estiveram na génese do respetivo Programa. Caso contrário, a vertente militar vê-se despojada de capital humano qualificado e do desenvolvimento científico que o Erasmus (militar) traz.

Por sua vez, «do conhecimento surge o respeito, logo uma Europa mais unida na diversidade»²⁶³, desiderato também previsto na Estratégia Global da UE²⁶⁴, que importa também alargar à vertente de defesa e segurança, uma vez que só através de um conhecimento científico sólido, de experiências e contactos com outras culturas é possível refletir o respeito pelo outro dentro e fora da União.

²⁶¹ Ver SIGALAS, Emmanuel, *op. cit.* KUHN, Theresa, *op. cit.*

²⁶² CUNHA, Alice e SANTOS, Yvette, *op. cit.*, p. 112.

²⁶³ Idem, p. 113.

²⁶⁴ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – , *Shared Vision ...*, *op. cit.*, pp. 26-27.

O relatório do Grupo de implementação do Erasmus militar realça que o objetivo do mesmo é *harmonizar* a educação inicial dos futuros oficiais da UE e fomentar a interoperabilidade, incrementando assim a segurança europeia. Por outro lado, todas as iniciativas pretendem promover uma cultura de segurança e defesa europeia²⁶⁵. Assim, importa estimular o debate interna e externamente, o número de intercâmbios e de experiências, dado que «a segurança europeia e cultura de defesa será notável à medida que os jovens formandos de hoje se tornam nos estrategistas do futuro»²⁶⁶.

O Erasmus militar é uma forma de convergência e de europeização do ensino superior militar europeu²⁶⁷. Todavia, este Programa e o Erasmus+, no ensino superior militar e policial apresentam parte dos mesmos constrangimentos do Erasmus, quando foi impulsionado por Jacques Delors: parca base jurídica, que permita uma verdadeira mobilidade de alunos e docentes; constrangimentos institucionais; diminuta confiança mútua; incipiente cultura de intercâmbio; financiamento exclusivamente estatal; domínio privilegiado dos Estados.

Um conjunto de circunstâncias concatenadas a vários níveis contribuíram para a emergência do Erasmus militar, em 2008. No plano europeu, existiu a vontade de um grande Estado, a França, de se afirmar na segurança e defesa da UE; de fazer esquecer o «não» ao Tratado Constitucional; de se assumir como um *player* importante na ação externa da UE (ex. papel de mediação na guerra da Geórgia); de ter então um Presidente eleito recentemente (Nicolas Sarkozy) com vontade de se afirmar; de exercer a Presidência da UE e esta ser uma oportunidade de afirmação externa do país e de influência da agenda europeia; de ser necessário materializar algumas políticas previstas no

²⁶⁵ GEELL, Harald – *Implementation Group for the European Initiative for the exchange of young officers inspired by Erasmus*. Austria, Wiener Neustadt: ESDC, 28th of December 2017, p. 1.

²⁶⁶ PAILE, Sylvain – *European education...*, *op. cit.*, p. 21.

²⁶⁷ PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, p. 32.

Tratado de Lisboa. Por outro lado, após a aprovação dos Tratados europeus existe uma tendência, pelo menos erística, de discursos agregadores em torno de identidade, valores comuns e da entrada num novo ciclo.

No plano nacional, Portugal ainda sentia os *ventos* e a inspiração (do sucesso) da Presidência Portuguesa, em 2007, o que pode ter contribuído para ter um papel ativo. Por sua vez, não podemos esquecer o papel e a sua identificação com a Europa, que alguns fatores deste projeto tiveram, a nível ministerial e institucional da AM.

Portugal começou por ser muito ativo e pioneiro, organizando inclusive a primeira iniciativa do Erasmus militar, para a partir de 2010²⁶⁸ reduzir a sua participação²⁶⁹, e após 2015-2016, iniciar um processo de gradual intercâmbio, numa lógica oclocrática e pouco coerente. Esta posição não se encontra completamente desfasada da participação portuguesa nas matérias europeias, entre 2010-2015²⁷⁰.

Assim, o Erasmus é um dos principais projetos europeu e que reflete a essência da União: diálogo entre diferentes culturas, caráter inclusivo, liberdade de circulação, elementos que correm para a criação de uma cultura e identidade europeia, móbil que o Erasmus também visa contribuir. Nesse sentido, Portugal (AM) devia enviar mais elementos para vários países e receber outros de vários Estados, como forma de fortalecer a identidade europeia.

Do ponto de vista teórico, a criação e evolução lenta e sincopada do Erasmus militar é explicada através do intergovernamentalismo, dado que os Estados procuram salvaguardar o seu interesse

²⁶⁸ O último aluno participou em 2010.

²⁶⁹ Veja-se os relatórios de participação de Portugal na UE, entre 2008 e 2017. Relatórios disponíveis em: CIJD: <https://infoeuropa.euroid.pt>. [Acedido a 20 de jan. 2018].

²⁷⁰ Ver TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a integração europeia, 1974-2015: uma introdução histórica. In TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (org.) – *A Europeização da Democracia Portuguesa*. Lisboa: ICS, 2017, pp. 19-37.

nacional e manter o controlo sobre as políticas, especialmente as que integram o núcleo duro da soberania (educação, segurança e defesa); recorrendo às instâncias europeias, quando estas lhe trazem mais vantagens. O Erasmus, além da explicação da sua evolução poder ser dada pelo intergovernamentalismo, o recurso ao neofuncionalismo é profícuo, dado que este emerge no plano europeu, associado a um domínio técnico e funcional, que progressivamente se alastra a outros setores, levando a Comissão a ter um papel chave em todo o processo. Assim, através do processo de socialização que este cria e dinamiza, leva-nos a sublinhar a importância do construtivismo na explicação destes Programas, quer quanto à forma como se desenvolve, quer em relação aos seus objetivos.

Os diferentes Programas Erasmus enquadram-se num processo de europeização e convergência do ensino superior (militar), pese embora, os fatores das iniciativas sejam atores diferentes. Do Erasmus a Comissão Europeia, do Erasmus militar os Estados, especialmente no exercício da Presidência da União, papel que o novo quadro institucional veio reduzir, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e com a crise financeira, dado que cabe aos países organizadores suportar os custos das suas iniciativas.

Para um exercício de prognose das mobilidades internacionais importa no futuro estudar a ligação que os participantes destes Programas têm «à» e «com» a Europa, na linha de Theresa Kuhn, para compreender o impacto das mobilidades. Até porque estes Programas de acordo com a autora são uma forma de investimento económico em capital humano.

A participação nestes Programas é essencial para as instituições de ensino superior, pelas vantagens que estes trazem, ao nível da troca do conhecimento. Por outro lado, para as escolas militares e policiais contribui para o seu reconhecimento *inter pares*, e para a integração no espaço de ensino superior europeu. Assim, na linha dos estudos de Sigalas, assume especial atenção que sejam repensados

o tempo de duração, a qualidade do contacto, o local de destino (país e instituição), experiência e *background* dos participantes, o país de origem (se tem uma identidade europeia forte e que capacidades e meios possui para interagir).

Em síntese, o Erasmus, quanto ao processo de europeização, inicia-se e desenvolve-se sobretudo através da sua dimensão *top-down*. Por sua vez, o Erasmus militar inicia-se na dimensão de *uploading*, para depois a dimensão *downloading* ganhar um papel central, conduzindo também à dimensão de *cross-loading*. Constatamos também um efeito *spillover* que conduziu ao Erasmus militar, bem como o facto de este ter um efeito recíproco, embora ainda limitado.

De qualquer forma, podemos afirmar que o «impacto será apenas visto a longo prazo»²⁷¹ e que o Erasmus (militar) é um instrumento de encimado valor, de troca de conhecimento entre diferentes atores, de internacionalização e de credibilização das instituições de ensino superior militar, contribuam ou não para a construção de uma identidade de segurança e defesa comum.

Bibliografia

Monografias e artigos científicos

- ANTUNES, Fátima – Globalização e Europeização das Políticas Educativas. Percursos, processos e metamorfoses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 47 (2005), pp. 125-143.
- BREMBERG, Niklas – The European Union as Security Community-Building Institution: Venues, Networks and Co-operative Security Practices. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 53, n.º 3 (2015), pp. 674-692.
- CALVO, Daniel Malet – Globalización e internacionalización educativa. Una historia institucional del Programa ERASMUS, 1987-2014. *Ler História*, n.º 71 (2017), pp. 75-100.

²⁷¹ PAILE, Sylvain – *The European Military Higher...*, *op. cit.*, p. 21.

- CHAUDHURI, Basudeb – L'évaluation à mi-pacours du programme européen pour la recherche Horizon 2020: la difficile conciliation entre l'excellence et l'intégration des territoires universitaires. *Hérodote – Revue de géographie et géopolitique*, n.º 168 (2018), pp. 127-140.
- CUNHA, Alice e SANTOS, Yvette – *Erasmus'30: a história do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisboa: Comissão Europeia, 2017.
- DEHOUSSE, Renaud and MENON, Anand – The French Presidency. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 47, 2009, pp. 99-101.
- DEUTSCH, Karl et al. – Political Community and the North Atlantic Area. Princeton: Princeton University Press, 1968 [1957].
- DUBOIS, Dirk – Foreword. In PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers. The European initiative for the exchange of young officers, inspired by Erasmus*. Brussels: ESDC, European Union, 2014.
- EASTON, David – *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley & Sons, 1965.
- ENOS-ATTALI, Sophie, JÖNSSON, Alexandra et SHEPPARD, Elizabeth – Phénomènes de convergence dans un contexte européen: quel rôle pour l'européanisation? In PALIER, Bruno et SUREL – *L'Europe en Action: L'européanisation dans une perspective comparée*. Paris: L'Harmattan, 2007, pp. 313-357.
- EURODEFENSE PORTUGAL – *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa*. Lisboa: EURODEFENSE, 1999.
- FEATHERSTONE, Kevin and RADAELLI, Claudio M. – *The politics of Europeanization*. Oxford: University Press, 2003.
- FERREIRA, Bruno – *Programa de Erasmus militar como reforço da identidade de segurança e defesa*; sob a orientação de José Feliciano. Lisboa: Academia Militar, 2010. Trabalho de Investigação Aplicada do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia.
- FERREIRA-PEREIRA, Laura – Segurança e Defesa na União Europeia: A Perspetiva Portuguesa em Análise. *Negócios Estrangeiros*, n.º 11.1 (2007), pp. 161-192.
- FLIGSTEIN, Neil – *Euro-Clash: The EU, European Identity, and the Future of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- GIULIANI, Jean-Dominique – *A Successful Presidency Results of the French Presidency of the Council of the European Union*, pp. 1-11.
- HAARISTO, Hanna-Stella, PRAXIS, ORR, Dominic and DZHW – *Evaluation Student and Staff Mobility in Time of Crisis 2008-2013*. Bonn: German Academic Exchange Service, 2014.
- HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – *As Presidências Portuguesas da União Europeia*. Porto: Fronteira do Caos, 2017.
- HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – Uma Matriz Teórica da “Segurança Interna” da União Europeia. *Nação e Defesa*, n.º 146, pp. 106-133.
- KUHN, Theresa – Why Educational Exchange Programmes Miss Their Mark: Cross-Border Mobility, Education and European Identity. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 50, n.º 6 (2012), pp. 994-1009.
- LÓPEZ, Alea de, ROMÁN, San and SCHUNZ, Simon – Understanding European Union Science Diplomacy. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 56, n.º 2 (2018), pp. 247-266.

- MAZZONI, Davide et al. – Cross-border mobility, European identity and participation among European adolescents and young adults. *European Journal of Developmental Psychology*, 2017, pp. 1-16.
- MITCHELL, Kristine – Rethinking the ‘Erasmus Effect’ on European Identity. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 53, n.º 2 (2015), pp. 330-348.
- O’NEILL, Maria – Security cooperation, conterterrorism, and EU-North Africa cross-border security relations, a legal perspective. *European Security*. Vol. 24, n.º 3 (2015), pp. 438-453.
- PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers. The European initiative for the exchange of young officers, inspired by Erasmus*. Brussels: ESDC, 2014.
- PAILE, Sylvain – *The European Military Higher Education Stocktaking Report*. Brussels: ESDC, European Union, 2010.
- PAILE, Sylvain – *Towards a European Understanding of Academic Education of the Military Officers?*. Booklet communicated Paris European Conference on the launch of the Military Erasmus Initiative. France: Ministère de la Défense, 2008.
- PALIER, Bruno et SUREL, Yves – Analyser l’eupéanisation des politiques publiques. In PALIER, Bruno et SUREL, Yves – *L’Europe en Action: L’eupéanisation dans une perspective comparée*. Paris: L’Harmattan, 2007, pp. 13-85.
- PÉPIN, Luce – Education in the Lisbon Strategy: assessment and prospects. *European Journal of Education*. Vol. 46, n.º 1 (2011), pp. 25-35.
- SALGADO, Rosa Sanchez et WOLL, Cornelia – L’eupéanisation et les les acteurs non étatiques. In PALIER, Bruno et SUREL, Yves – *L’Europe en Action: L’eupéanisation dans une perspective comparée*. Paris: L’Harmattan, 2007, pp. 145-191.
- SIGALAS, Emmanuel – Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during the ERASMUS year abroad. *European Union Politics*. Vol. 11, n.º 2 (2010), pp. 241-265.
- SILVA, Pedro Ferreira da – *Relatório do Seminário Política Europeia de Segurança e Defesa*. Lisboa: Academia Militar, 2009.
- SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – A Small Step for Capability a Significant Leap for “Military Erasmus. *Nação e Defesa*, N.º 125, 2010, pp. 259-272.
- SILVA, Pedro Ferreira da and PAILE, Sylvain – European Security and Defence Policy Seminar, Lisbon 2009 creating the future human capabilities of the CSDP. *Studia Diplomatica*. Vol. LXIII, n.º 1 (2010), pp. 43-57.
- STRASSEL, Christophe – Les enjeux géopolitiques de la mondialisation universitaire. *Hérodote – Revue de géographie et géopolitique*, n.º 168 (2018), pp. 9-38.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal e a integração europeia, 1974-2015: uma introdução histórica. In TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (org.) – *A Europeização da Democracia Portuguesa*. Lisboa: ICS, 2017, pp. 19-37.
- TRAN, Ly Thi – Mobility as becoming: A Bourdieuian analysis of the factors shaping international student mobility. *British Journal of Sociology of Education*. Vol. 37, n.º 8 (2016), pp. 1268-1289.
- VERSINI, Claire – Erasmus: retrouver les ambitions d’origine. *Tribune*, 4 de December 2017, pp. 1-4.

- WEISSERTH, Hans-Bernhard – Foreword. In PAILE, Sylvain – *European education and training for young officers. The European initiative for the exchange of young officers, inspired by Erasmus*. Brussels: ESDC, European Union, 2014.
- WILSON, Iain – What should we expect of ‘Erasmus Generations’?. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 49, n.º 5 (2011), pp. 1113-1140.

Documentos e estudos institucionais

- ACADEMIA MILITAR – *Erasmus Charter for Higher Education 2014-2020*. Lisboa: Academia Militar, 2014.
- ACADEMIA MILITAR – *Erasmus+*. Lisboa: Academia Militar, 2018.
- ASTON, Catherine – *Progress Report*. Brussels: AG/zk D (10) 590, High Representative, 27 Abril 2010, pp. 1-7.
- CEPOL – *User Guide for Participations of the European Police Exchange Programme inspired in Erasmus*. User Guide, UG.EXPR.001-5, 2015.
- – *User Guide for Participants of the CEPOL Exchange Programme – Inspired by Erasmus*. Doc. N.º UG EXPR.001-5 [20/01/2015], UG EXPR.001-6 [23/11/2016], N.º UG EXPR.001-7 [23/11/2017].
- CIEJD – *Relatórios da Participação de Portugal na União Europeia*.
- CIOCCA, Cesare – Letter of European Security and Defense College – Executive Academic Board – «Their Chairman», 13 February 2009.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Conclusões da Presidência. Conselho Europeu de Bruxelas 13/14 de março 2008*, n.º 7652/01 (2008). Bruxelas: Conselho da União Europeia.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Programa do Conselho para 18 meses (Presidências Francesa, Checa e Sueca)*, n.º 11248 (2008), Bruxelas: Conselho da União Europeia.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Background – Justice and Home Affairs Council*. Brussels: Council of the European Union, 23 April 2010.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Conclusions on the ESDP, 2903 External Relations Council meeting*. Document 5155/1/08. Brussels: Council of the European Union, 10 and 11 November 2008, Annex II.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Decision establishing Permanent Structured Cooperation (PESCO) and determining the list of Participating Member States*, n.º 14866 (2017), Brussels: Council of the European Union.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Draft conclusions on the Erasmus-style exchange programme for law enforcement officers*. Document 5025/1/10 rev.1. Brussels: Council of the European Union, 9 February 2010.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Draft Council Conclusions on the role of law enforcement cooperation in combating food crime*, n.º 15623 (2014). Brussels: Council of the European Union.

- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*. June 2016.
- EMILYO – *Mobility Offers and Multiplier Events 2018*.
- ESCOLA NAVAL – *Erasmus Charter for Higher Education 2014-2020*.
- ESDC – 2nd Meeting of the Implementation Group (IG) for European initiative for THE exchange of young officers (inspired by Erasmus). *Draft Minut – IG/2009/004*. Brno, 21-22 April 2009.
- EU PRESIDENCY – European Initiative to develop exchanges between military officers at basic training level. *Non-Paper*, France, 2008.
- EUROPEAN COMMISSION – *Open Innovation, Open Science, Open to the World – a vision for Europe*. Brussels: European Commission, 2016.
- EUROPEAN COMMISSION – *The Erasmus Impact Study, Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*. Luxembourg: European Union, 2014.
- GEELL, Harald – *Implementation Group for the European Initiative for the exchange of young officers inspired by Erasmus*. Austria, Wiener Neustadt: ESDC, 28th of December 2017, pp. 1-4.
- GENERAL SECRETARIAT OF THE COUNCIL – *Stocktaking of existing exchanges and exchange programmes of national military officers during their initial education and training*. Brussels: General Secretariat of the Council, 3 July 2008.
- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna – ISCPSI – *Plano Estratégico do ISCPSI*. Lisboa: ISCPSI, 2017-2020.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Portugal na União Europeia, Ano 2008*. Lisboa: MNE, 2008.
- PARLAMENTO EUROPEU – *Erasmus Exchanges for Police Officers?*, 22 de June 2010.
- PRESIDÊNCIA FRANCESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Programa de Trabalhos (1 julho a 31 dezembro 2008), Uma Europa que Atua para responder aos desafios de hoje*. França: Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, 2008.
- SILVA, Pedro Ferreira da – *Relatório do Seminário Política Europeia de Segurança e Defesa*. Lisboa: Academia Militar, 2009.
- UNIÃO EUROPEIA – *Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*, 2010.